

IGUALDADE DE GÉNERO EM PORTUGAL



BOLETIM
ESTATÍSTICO 2017



Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género
Presidência do Conselho de Ministros



ANOS | CiG
ATÉ À IGUALDADE

ÍNDICE

Nota prévia	3
-------------	---

1 — Dados demográficos gerais e saúde	4
---------------------------------------	---

2 — Educação, formação e ciência	8
----------------------------------	---

Nível de escolaridade da população 2016	8
Distribuição dos alunos e alunas no sistema de ensino	9
O abandono escolar precoce	10
Conclusão dos estudos no ensino básico e no secundário	11
Inscrições e conclusões no ensino superior	12
Pessoal docente	14
As tecnologias de informação e comunicação	16

3 — Trabalho e emprego	18
------------------------	----

Indicadores gerais	18
Desemprego	19
População ativa e inativa	21
Emprego	21
Remunerações	26
Algumas profissões de acesso recente das mulheres	28
Conciliação entre vida profissional, familiar e pessoal	29
Usos do tempo de homens e de mulheres em Portugal	32
Pobreza e proteção social	33
Privação material	33
Risco de pobreza	34
RSI	35
CSI	36
Subsídio de desemprego	36
Pensões	36

4 — Poder e tomada de decisão	38
5 — Violência de género	45
Violência doméstica	45
Crimes contra a liberdade e a autodeterminação sexual	47
Assédio sexual e moral	48
Práticas tradicionais nefastas	49
6 — LGBTI	50

NOTA PRÉVIA

Em 2017, a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG) comemorou 40 anos de institucionalização enquanto organismo público responsável pela promoção da igualdade de género.

Para o cumprimento da sua missão é fundamental o conhecimento aprofundado da situação de mulheres e de homens em Portugal, a partir do qual são tomadas as necessárias decisões e medidas de política para combater as assimetrias identificadas. Assim, uma parte importante do nosso trabalho passa por recolher, compilar, analisar e disponibilizar a informação existente sobre a atual situação de mulheres e homens em vários setores da nossa sociedade. Nesse sentido, durante o ano de 2017 foram publicados, em formato eletrónico, alguns documentos e *factsheets* com dados estatísticos em áreas chave da vida em sociedade.

A CIG lança agora a publicação “**Igualdade de Género em Portugal: Boletim Estatístico 2017**”, no qual a informação anteriormente disponibilizada é aprofundada com o objetivo de ser disseminada junto de públicos alvo relevantes, quer ao nível da investigação, quer ao nível de entidades responsáveis pela implementação de políticas públicas de âmbito nacional e local, entre outros. Pretende-se, assim, promover o conhecimento nesta área de forma a sensibilizar para as profundas e estruturais desigualdades que ainda persistem, facilitando, entre outros, o desenho, implementação e avaliação de políticas promotoras da igualdade de género.

Nota: Esta publicação dá seguimento à publicação “Portugal situação das mulheres”, que a CIG publica desde 1980, a qual entre 2002 e 2016 se designou de “Igualdade de Género em Portugal”

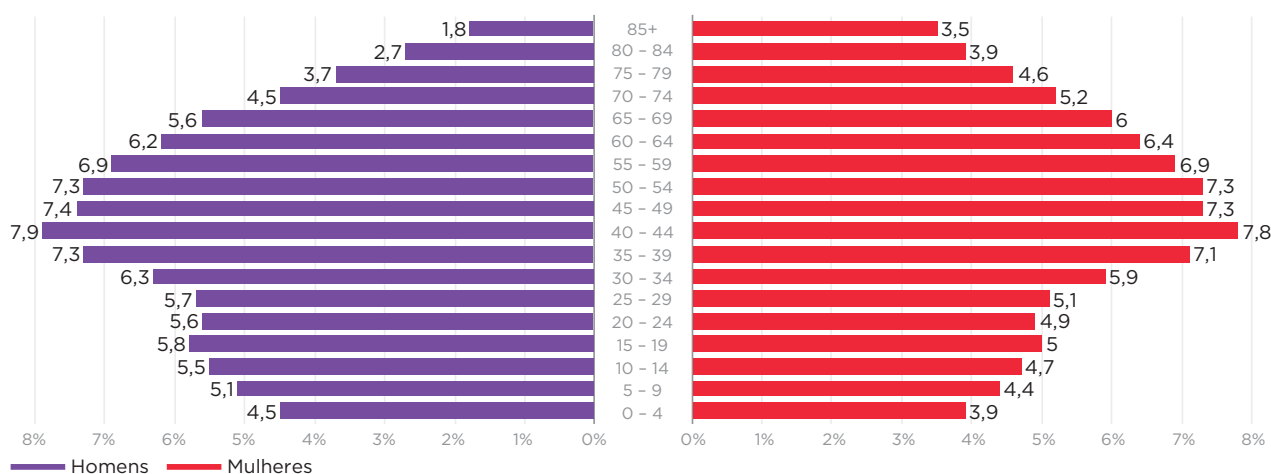
1

DADOS DEMOGRÁFICOS GERAIS E SAÚDE

No ano de 2016, a população residente em Portugal¹ era de 10,325 milhões, sendo que 5,433 milhões eram mulheres (52,6%) e 4,891 milhões eram homens (47,4%), continuando a assistir-se à tendência, ao longo de anos, da população residente ser maioritariamente composta por mulheres.

Figura 1

População residente por sexo e escalão etário (2016)



Fonte: INE/Pordata (Dados consultados a 6 de julho de 2017)

<http://www.pordata.pt/Portugal/Popula%C3%A7%C3%A3o+residente+do+sexo+feminino+total+e+por+grupo+et%C3%A1rio-11>

<http://www.pordata.pt/Portugal/Popula%C3%A7%C3%A3o+residente+do+sexo+masculino+total+e+por+grupo+et%C3%A1rio-12>

O peso dos grupos etários mais jovens, no total da população, quer masculina, quer feminina, traduz a baixa natalidade.

Apesar do Índice de masculinidade à nascença ser superior a 100, as maiores taxas de mortalidade masculinas em todos os grupos etários têm como consequência que a partir dos 30 anos, existe sempre uma preponderância das mulheres, mais sensível nos grupos etários mais elevados.

¹ "Pessoas que, independentemente de no momento de observação - zero horas do dia de referência - estarem presentes ou ausentes numa determinada unidade de alojamento, aí habitam a maior parte do ano com a família ou detêm a totalidade ou a maior parte dos seus haveres" (INE).

Tabela 1

Esperança de vida à nascença, por sexo(anos)² (%)

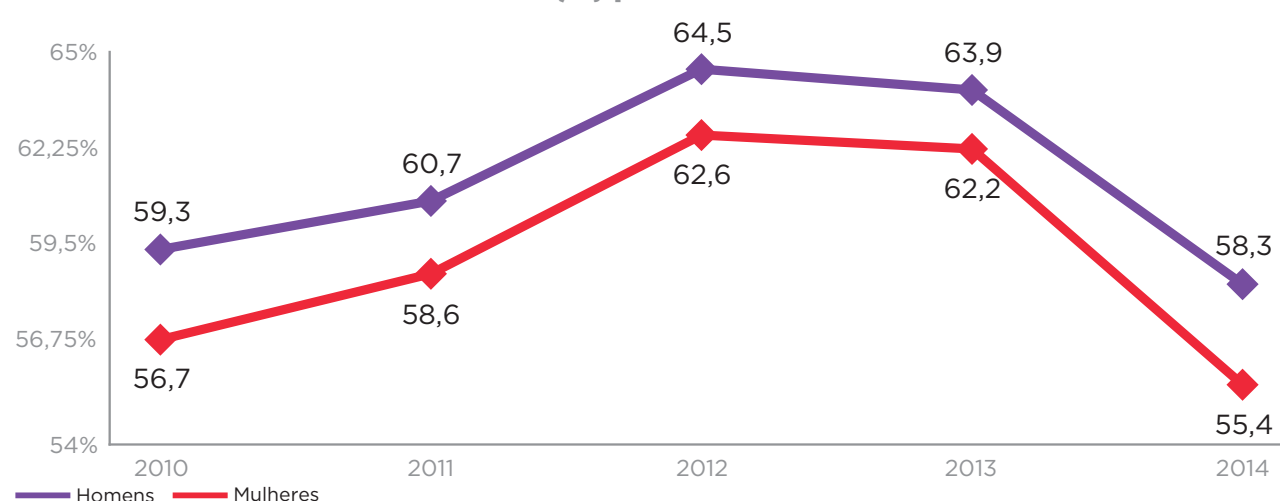
	Total Homens e Mulheres	Homens	Mulheres
2010	79,6	76,5	82,4
2011	79,8	76,7	82,6
2012	80,0	76,9	82,8
2013	80,2	77,2	83,0
2014	80,4	77,4	83,2
2015	80,6	77,6	83,3

Fonte: INE/Pordata (Dados consultados a 6 de julho de 2017)

[http://www.pordata.pt/Portugal/Esperanca%3a7a+de+vida+%3a0+nascen%3a7a+total+e+por+sexo+\(base+tri%3a9nio+a+partir+de+2001\)-418](http://www.pordata.pt/Portugal/Esperanca%3a7a+de+vida+%3a0+nascen%3a7a+total+e+por+sexo+(base+tri%3a9nio+a+partir+de+2001)-418)

Constata-se que a esperança média de vida à nascença tem vindo a crescer ao longo dos anos, tanto para homens como para mulheres, sendo sempre superior no caso das mulheres.

Figura 2

Anos de vida saudável à nascença, por sexo

Fonte: INE (Dados consultados a 6 de julho de 2017)

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008048&contexto=pgi&selTab=tab10&xleng=pt

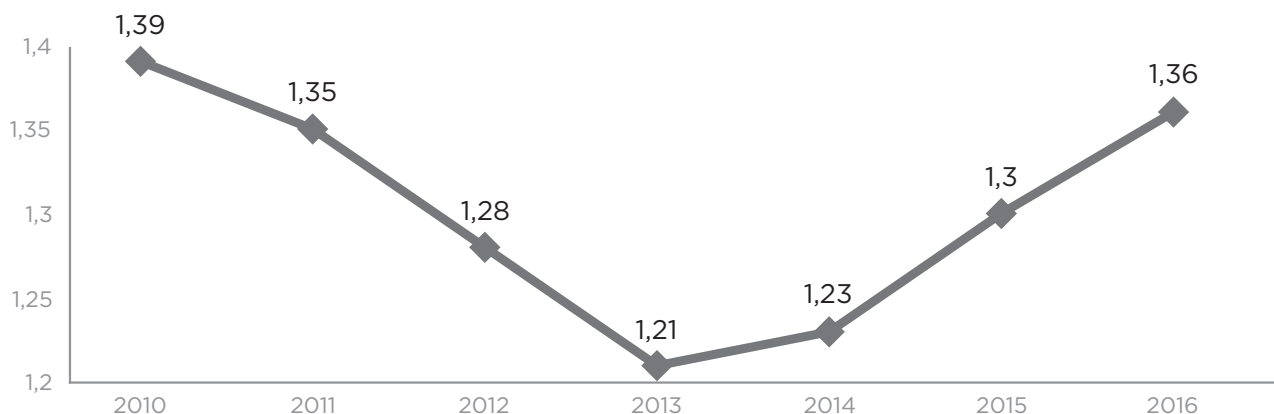
Apesar da Esperança Média de Vida à nascença ser superior nas mulheres comparativamente aos homens, os anos de vida saudável à nascença são superiores nos homens.

Até 2012 este indicador cresceu para ambos os sexos e sofre um decréscimo sensível entre 2013 e 2014. Chama-se no entanto a atenção para as quebras de série verificadas em 2012 e 2014 que podem explicar esta tendência.

2 A partir de 2001 os valores referem-se a períodos de três anos consecutivos, pelo que os dados aqui indicados dizem respeito a triénios (2008-2010; 2009-2011; 2010-2012; 2011-2013; 2012-2014, respetivamente).

Figura 3

Índice sintético de fecundidade



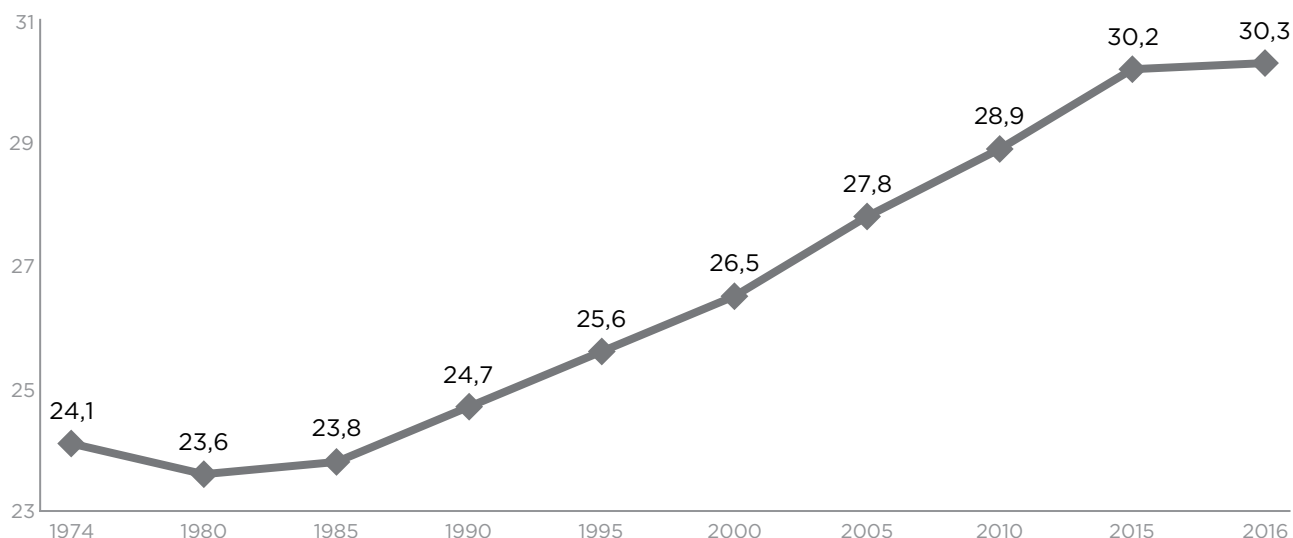
Fonte: INE/Pordata (Dados consultados a 6 de julho de 2017)

<http://www.pordata.pt/Portugal/Indicadores+de+fecundidade+%c3%84ndice+sint+%c3%a9tico+de+fecundidade+e+taxa+bruta+de+reprodu%C3%A7%C3%A3o-416>

O número médio de crianças vivas nascidas por mulher em idade fértil (dos 15 aos 49 anos de idade), é atualmente de 1,36 sendo que o nível mínimo de substituição de gerações nos países mais desenvolvidos seria de 2,1 crianças por mulher.

Figura 4

Idade da mulher ao nascimento do primeiro filho (anos)



Fonte: INE/Pordata (Dados consultados a 6 de julho de 2017)

<http://www.pordata.pt/Portugal/Idade+m%C3%A9dia+da+m%C3%A3e+ao+nascimento+do+primeiro+filho-80>

A idade da mulher ao nascimento do primeiro filho ou da primeira filha tem vindo a aumentar, passando de 24,1 anos em 1974 para 30,3 em 2016.

Quanto à SIDA (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida), é a seguinte a evolução dos casos diagnosticados, segundo o sexo:

Tabela 2

Casos de SIDA segundo o sexo

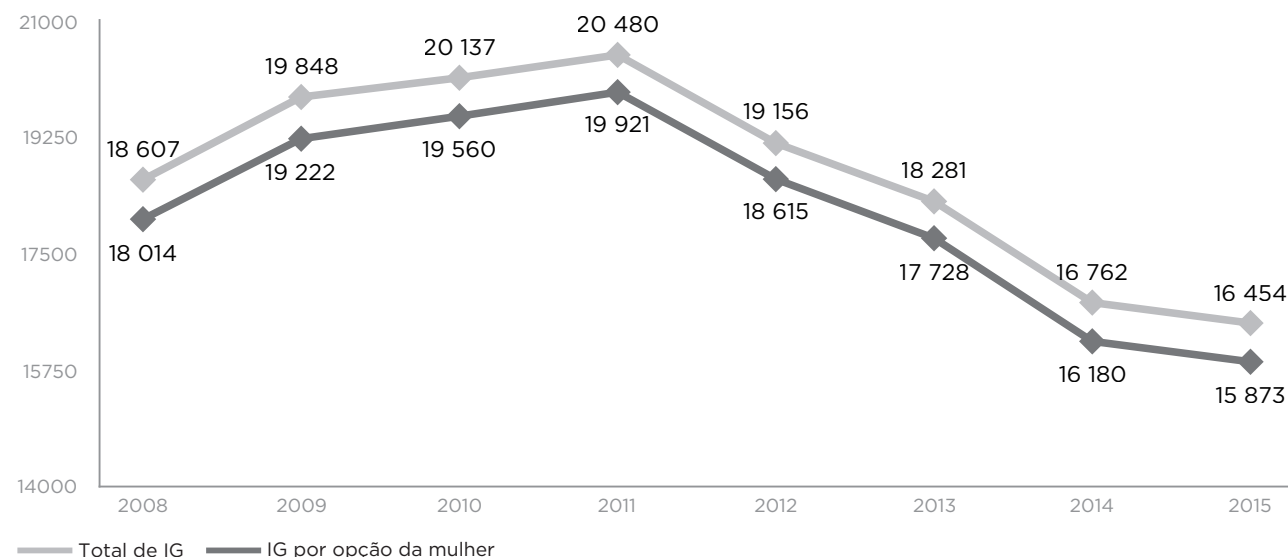
	Total Homens e Mulheres	Homens	Mulheres	Taxa de Feminização (%)
1983	1	1	0	0
1993	579	472	107	18,5
2003	1 128	878	250	22,1
2013	459	323	136	29,6
2014	249	198	51	20,5
2015	238	170	68	28,6

Fonte: INSA (Dados consultados a 6 de julho de 2017)

<http://www.insa.min-saude.pt/category/areas-de-atuacao/doencas-infeciosas/vigilancia-da-infecao-vihsida/>

Figura 5

Evolução das Interrupções de Gravidez (IG): total e por opção da mulher



Fonte: Relatório dos registos das interrupções da gravidez, 2015 (Dados consultados a 6 de julho de 2017)

<http://www.saudereprodutiva.dgs.pt/estao-disponiveis-os-seguientes-relatorios.aspx>

Em 2015 foram realizadas 16 454 interrupções de gravidez ao abrigo do artigo 142.º do Código Penal, que prevê cinco motivos de exclusão de ilicitude de aborto.

Tal como já aconteceu em anos anteriores, as Interrupções da Gravidez por opção da mulher nas primeiras 10 semanas constituem cerca de 96,5% do total das interrupções realizadas.

2

EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E CIÊNCIA

NÍVEL DE ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO 2016

Tabela 3

Nível de escolaridade completo da população residente com 15 ou mais anos por nível de escolaridade completo mais elevado (2016)

Nível de escolaridade completo	Total Homens e Mulheres (milhares)	Homens		Mulheres		Taxa de feminização (%)
		(milhares)	Distribuição percentual (%)	(milhares)	Distribuição percentual (%)	
Sem nível de escolaridade	695,7	201,2	4,9	494,5	10,5	71,1
1.º Ciclo do Ensino Básico	2 020,2	965,0	23,3	1 055,1	22,4	52,2
2.º Ciclo do Ensino Básico	950,3	516,7	12,5	433,6	9,2	45,6
3.º Ciclo do Ensino Básico	1 810,7	945,0	22,8	865,7	18,3	47,8
Secundário e Pós-Secundário	1 805,3	894,3	21,6	910,9	19,3	50,5
Superior	1 576,5	615,7	14,9	960,8	20,4	60,9
Total	8 858,7	4 138,0	100,0	4 720,6	100,0	53,3

Fonte: Inquérito ao Emprego, INE, Pordata (Dados consultados a 6 de julho de 2017)

<http://www.pordata.pt/Portugal/Popula%C3%A7%C3%A3o+residente+do+sexo+feminino+com+15+e+mais+anos+total+e+por+n%C3%ADvel+de+escolaridade+completo+mais+elevado-2103>

<http://www.pordata.pt/Portugal/Popula%C3%A7%C3%A3o+residente+do+sexo+masculino+com+15+e+mais+anos+total+e+por+n%C3%ADvel+de+escolaridade+completo+mais+elevado-2102>

Em 2016, o número de mulheres sem nenhum nível de escolaridade completo (495 mil) é superior ao dos homens (201 mil).

No que respeita ao 1.º ciclo do Ensino Básico completo o número de mulheres (1 055 mil) é também superior ao dos homens (965 mil).

Esta tendência inverte-se ao nível do 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico, onde as mulheres estão ligeiramente menos representadas.

No secundário e pós secundário o número de mulheres e de homens é mais equilibrado e no ensino superior há um predomínio significativo de mulheres (961 mil) sobre os homens (616 mil).

Assim, pode dizer-se que as mulheres estão duplamente representadas em maioria em dois grupos:

- No grupo que não apresenta nenhum nível de escolaridade completo, o que poderá traduzir a falta de escolarização da população feminina mais idosa;
- No grupo com ensino superior completo, que representará a camada mais jovem da população feminina.

Salienta-se que em cada 100 pessoas com ensino superior completo, cerca de 61 são mulheres e cerca de 39 são homens.

DISTRIBUIÇÃO DE ALUNOS E ALUNAS NO SISTEMA DE ENSINO

Em 2015/2016, era a seguinte a participação feminina, nas matrículas em cada um dos níveis de ensino:

Tabela 4

Alunos matriculados/inscritos, por sexo e nível de ensino

Nível de escolaridade completo	Total Homens e Mulheres	Homens	Mulheres	Taxa de feminização (%)
Educação pré-escolar	259 850	133 762	126 088	48,5
Ensino básico	1 013 397	526 955	486 442	48,0
Ensino secundário	391 538	199 170	192 368	49,1
Ensino pós-secundário não superior	6 299	4 319	1 980	31,4
Ensino superior	356 399	166 117	190 282	53,4
Total	2 027 483	1 030 323	997 160	49,2

Fonte: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) Estatísticas da Educação 2015-2016: Alunos matriculados/inscritos (e distribuição percentual), segundo o sexo, por nível de educação e ensino Portugal (Dados consultados a 7 de julho de 2017)
<http://www.dgeec.mec.pt/np4/96/1.3>

No ensino obrigatório há equilíbrio entre as jovens e os jovens matriculados, com exceção do ensino pós secundário (não superior), em que os jovens são maioritários e o ensino superior onde as mulheres predominam claramente (53,4%).

No ensino secundário, quando surge a possibilidade de opção por áreas diferenciadas, verifica-se que raparigas e rapazes se orientam para diferentes modalidades de ensino.

Tabela 5

Alunos matriculados no ensino secundário, por sexo, e oferta de educação e formação

	Total Homens e Mulheres	Homens	Mulheres	Taxa de feminização (%)
Regular	210 259	95 513	114 746	54,6
Cursos científico-humanísticos	206 346	93 425	112 921	54,7
Cursos tecnológicos	3 913	2 088	1 825	46,6
Artístico especializado	2 454	732	1 722	70,2
Artes visuais e audiovisuais	2 137	603	1 534	71,8
Dança	54	26	28	51,9
Música	263	103	160	60,8
Cursos profissionais	112 395	64 620	47 775	42,5
Cursos de aprendizagem	26 010	17 053	8 957	34,4
Cursos vocacionais	5 244	3 154	2 090	39,9
Cursos CEF	506	247	259	51,2
Cursos EFA	19 612	9 640	9 972	50,8
Recorrente	8 530	4 689	3 841	45,0
RVCC	6 280	3 440	2 840	45,2
Formações modulares	248	82	166	66,9
Total	391 538	199 170	192 368	49,1

Fonte: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) Estatísticas da Educação 2015-2016 (Dados consultados a 7 de julho de 2017)
<http://www.dgeec.mec.pt/np4/96/I-1.5>

É notória a maior orientação das raparigas para os Cursos científico-humanísticos (112 921), dentro do Ensino Regular, o que corresponde a uma taxa de feminização de 54,7%.

Essa taxa também é elevada no Ensino artístico especializado (70,2%), embora não corresponda a um número elevado de matrículas (2 454).

Pelo contrário, a taxa de feminização é mais baixa nos Cursos Profissionais (42,5%).

O ABANDONO ESCOLAR PRECOCE

O quadro seguinte apresenta a evolução do abandono precoce de educação, ou seja, alunos e alunas que deixaram de estudar sem completar o secundário.

Tabela 6

Taxa de abandono precoce de educação

	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Homens	28,1	26,9	23,4	20,7	16,4	17,4
Mulheres	17,7	14,0	14,3	14,1	11,0	10,5
Total	23,0	20,5	18,9	17,4	13,7	14,0

Fonte: INE, Pordata (Dados consultados a 7 de julho de 2017)
<http://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+abandono+precoce+de+educa%C3%A7%C3%A3o+e+forma%C3%A7%C3%A3o+total+e+por+sexo-433>

A taxa de abandono precoce de educação tem vindo a sofrer uma redução progressiva. Em 2016 nota-se, contudo, um ligeiro crescimento, que se deve a um aumento da taxa de abandono precoce de educação nos homens.

Nota-se ainda uma redução do diferencial da taxa de abandono masculina e feminina. Em 2011 situava-se em 10,4 pontos percentuais e em 2016 passou para 6,9 pontos percentuais.

CONCLUSÃO DOS ESTUDOS NO ENSINO BÁSICO E NO SECUNDÁRIO

Quanto às conclusões em 2015/2016, estas apresentavam as seguintes taxas para homens e mulheres, segundo os níveis de ensino:

Tabela 7

Taxa de conclusão, por sexo, nível de ensino e oferta de educação e formação (%)

		Total Homens e Mulheres	Homens	Mulheres
Ensino básico	Regular	91,0	89,4	92,5
	Artístico especializado	98,3	97,9	98,6
	Cursos profissionais	94,3	91,2	97,2
Ensino secundário	Cursos científico-humanísticos	70,1	65,9	73,4
	Cursos tecnológicos	87,8	84,9	90,9
	Artístico especializado	78,1	80,2	77,2
	Cursos profissionais	74,4	69,1	81,2

Fonte: Estatísticas da Educação, 2015-2016 (Dados consultados a 7 de julho de 2017)
<http://www.dgeec.mec.pt/np4/96/>

Em todas as modalidades de ensino, as taxas de conclusão das mulheres são superiores às dos homens, exceto no Ensino artístico especializado do ensino secundário.

INSCRIÇÕES E CONCLUSÕES NO ENSINO SUPERIOR

Quanto às inscrições no ensino superior, por áreas de educação foram as seguintes em 2015/2016:

Tabela 8

Alunos inscritos, por sexo e área de educação e formação

	Total Homens e Mulheres	Mulheres	Taxa de feminização (%)
Educação	13 969	11 214	80,3
Artes e Humanidades	36 285	21 260	58,6
Ciências Sociais, Comércio e Direito	113 800	67 077	58,9
Ciências, Matemática e Informática	28 476	12 996	45,6
Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção	75 899	20 189	26,6
Agricultura	7 778	4 386	56,4
Saúde e Proteção Social	55 406	42 534	76,8
Serviços	24 370	10 372	42,6
Desconhecido ou não especificado	416	254	61,0
Total	356 399	190 282	53,4

Fonte: Estatísticas da Educação, 2015-2016 (Dados consultados a 7 de julho de 2017)
<http://www.dgeec.mec.pt/np4/96/>

As raparigas são maioritárias nas matrículas em todas as áreas de educação, com exceção nos Serviços (42,6%), nas Ciências, Matemática e Informática (45,6%) e em especial na Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção, com apenas 26,6%.

Quanto às conclusões no ensino superior, por áreas de educação foram as seguintes em 2014/2015:

Tabela 9

Conclusões no Ensino superior por áreas de educação e por sexo

	Total Homens e Mulheres	Mulheres	Taxa de feminização (%)
Educação	7 357	5 841	79,4
Artes e Humanidades	8 022	4 858	60,6
Ciências Sociais, Comércio e Direito	26 951	16 652	61,8
Ciências, Matemática e Informática	7 014	3 993	56,9
Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção	16 446	5 356	32,6
Agricultura	1 466	882	60,2
Saúde e Proteção Social	15 491	12 233	79,0
Serviços	5 748	2 707	47,1
Total	88 503	52 526	59,3

Fonte: Estatísticas da Educação, 2014-2015 (Dados consultados a 7 de julho de 2017. Os últimos dados disponíveis reportam-se a 2014-2015)
<http://www.dgeec.mec.pt/np4/96/>

Em termos de jovens que concluem o ensino superior, as raparigas são também maioritárias em todas as áreas, com exceção da Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção (onde representam apenas 32,6% do total de diplomados/as) e nos Serviços (47,1%).

As áreas que absorvem a maior parte das raparigas são Ciências Sociais, Comércio e Direito (16 652) e Saúde e Proteção Social (12 233).

As maiores taxas de feminização encontram-se na área da Educação (cerca de 81% dos/as diplomados/as) e da Saúde e Proteção Social (79% dos/as diplomados/as).

Quanto às conclusões no ensino superior, por nível de formação, foram as seguintes em 2014/2015:

Tabela 10

Conclusões no ensino superior, por nível de formação

	Total de pessoas diplomadas Homens e Mulheres	Mulheres	Taxa de feminização (%)
Licenciatura	1	1	100,0
Licenciatura - 1.º ciclo	47 592	27 910	58,6
Especializações	1 777	1 194	67,2
Mestrado integrado	7 831	4 209	53,7
Diploma de especialização curso de mestrado	11 092	6 896	62,2
Mestrado - 2.º ciclo	16 198	10 195	62,9
Mestrado	4	4	100,0
Diploma de especialização curso de doutoramento	1 505	770	51,2
Doutoramento - 3.º ciclo	2 313	1 242	53,7
Doutoramento	190	105	55,3
Total	88 503	52 526	59,3

Fonte: Estatísticas da Educação, 2014-2015 (Dados consultados a 7 de julho de 2017. Os últimos dados disponíveis reportam-se a 2014-2015)
<http://www.dgeec.mec.pt/np4/96/>

As mulheres são maioritárias nas conclusões em todos os níveis de formação do Ensino superior.

PESSOAL DOCENTE

O pessoal docente, segundo o sexo, nos vários níveis de ensino, era o seguinte no ano letivo de 2015/2016:

Tabela 11

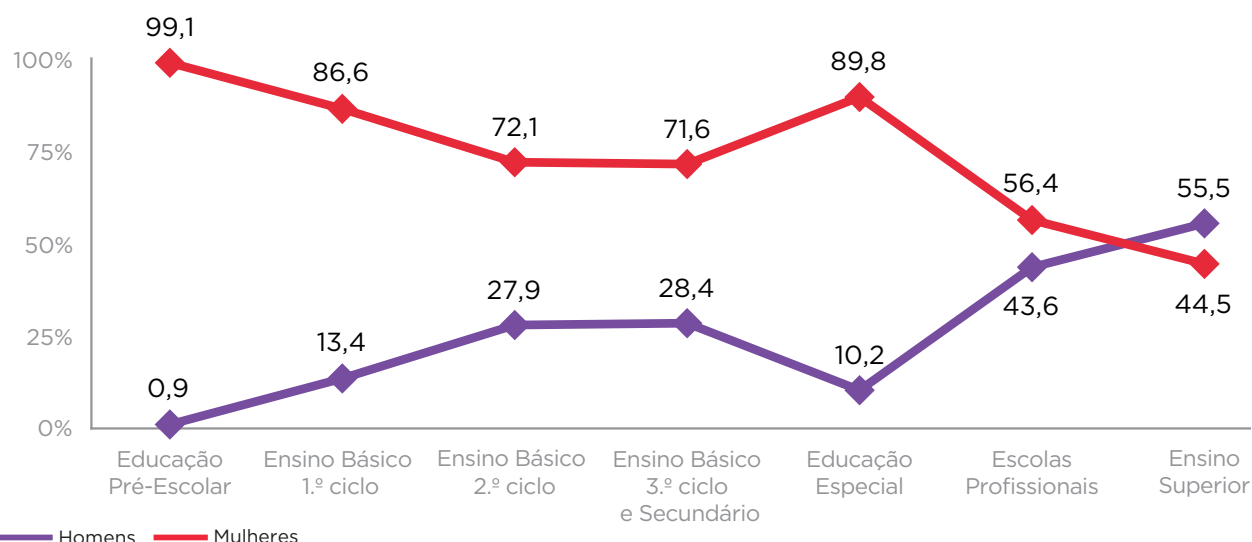
Pessoal docente em exercício de funções por sexo e nível de ensino

	Total Homens e Mulheres	Mulheres	Taxa de feminização (%)
Educação pré-escolar	16 002	15 851	99,1
Ensino básico - 1.º ciclo	28 806	24 941	86,6
Ensino básico - 2.º ciclo	23 757	17 133	72,1
Ensinos básico (3.º ciclo) e secundário	74 348	53 225	71,6
Educação especial	6 719	6 035	89,8
Escolas profissionais	7 956	4 491	56,4
Ensino superior	32 580	14 483	44,5
Total	190 168	136 159	71,6

Fonte: Estatísticas da Educação, 2015-2016 (Dados consultados a 7 de julho de 2017)
<http://www.dgeec.mec.pt/np4/96/>

Figura 6

Pessoal docente em exercício de funções por sexo e nível de ensino (2015/2016) (%)



Fonte: Estatísticas da Educação 2015-2016 (Dados consultados a 7 de julho de 2017)
<http://www.dgeec.mec.pt/np4/96/>

De destacar a alta taxa de feminização de docentes na Educação pré-escolar (99,1%), na Educação Especial (89,8%) e em todo o Ensino Básico.

No entanto, salienta-se que o topo da hierarquia em termos da carreira de docência ainda se encontra marcada por pessoal do sexo masculino, com uma taxa de feminização na ordem dos 44,5%.

Tabela 12

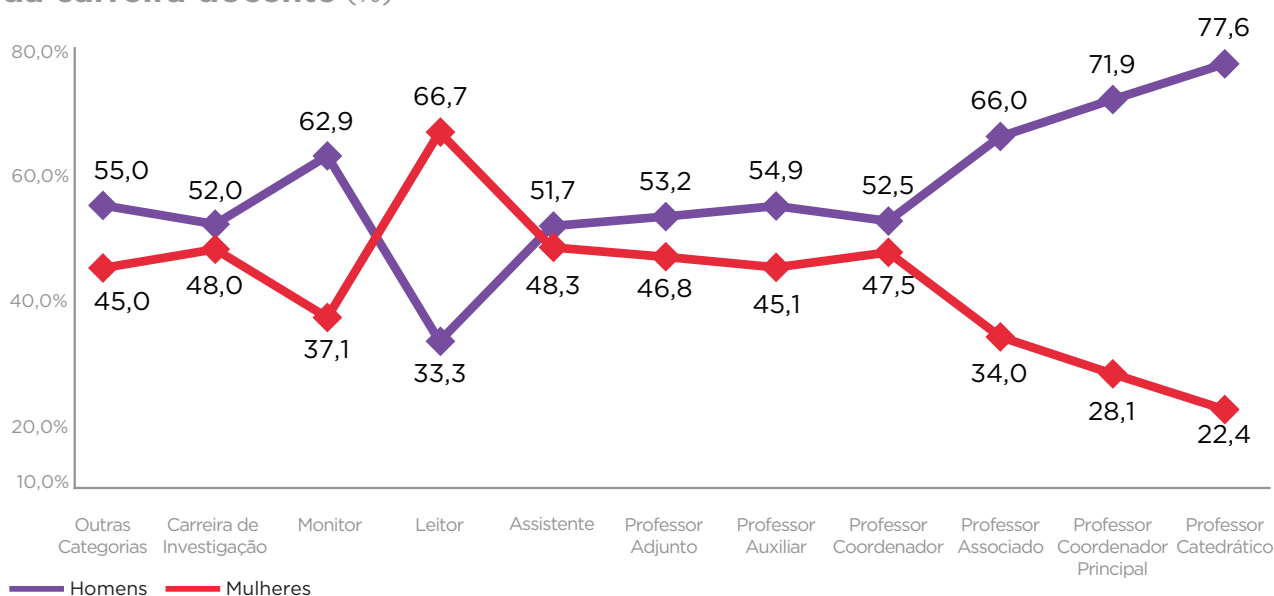
Pessoal docente por sexo e categoria da carreira docente

	Total Homens e Mulheres	Mulheres	Taxa de feminização (%)
Professor Catedrático	1 513	339	22,4
Professor Coordenador Principal	32	9	28,1
Professor Associado	2 784	947	34,0
Professor Coordenador	1 190	565	47,5
Professor Auxiliar	9 901	4 462	45,1
Professor Adjunto	5 903	2 764	46,8
Assistente	8 957	4 330	48,3
Leitor	210	140	66,7
Monitor	267	99	37,1
Carreira de Investigação	250	120	48,0
Outras Categorias	1 573	708	45,0
Total	32 580	14 483	44,5

Fonte: Estatísticas da Educação 2015-2016 (Dados consultados a 7 de julho de 2017)
<http://www.dgeec.mec.pt/np4/96/>

Figura 7

Pessoal docente por sexo e categoria da carreira docente (%)



Fonte: Estatísticas da Educação 2015-2016 (Dados consultados a 7 de julho de 2017)
<http://www.dgeec.mec.pt/np4/96/>

Relativamente ao pessoal docente no ensino superior, verifica-se uma distribuição a favor dos homens, mais significativa, nas categorias superiores.

AS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Tabela 13

Diplomados no ensino superior em Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC): total e por sexo

	Total de pessoas nas TIC Homens e Mulheres	Mulheres	Taxa de feminização (%)
1999	2 542	667	26,2
2000	2 800	728	26,0
2001	2 730	655	24,0
2002	3 289	770	23,4
2003	3 398	738	21,7
2004	3 902	884	22,7
2005	4 146	931	22,5
2006	4 224	961	22,8
2007	7 459	1 462	19,6
2008	6 894	1 369	19,9
2009	4 986	954	19,1
2010	5 335	931	17,5
2011	5 196	923	17,8
2012	5 513	1 005	18,2
2013	5 756	1 045	18,2
2014	5 234	1 038	19,8
2015	5 155	956	18,5

Fonte: Pordata (Dados consultados a 7 de julho de 2017)

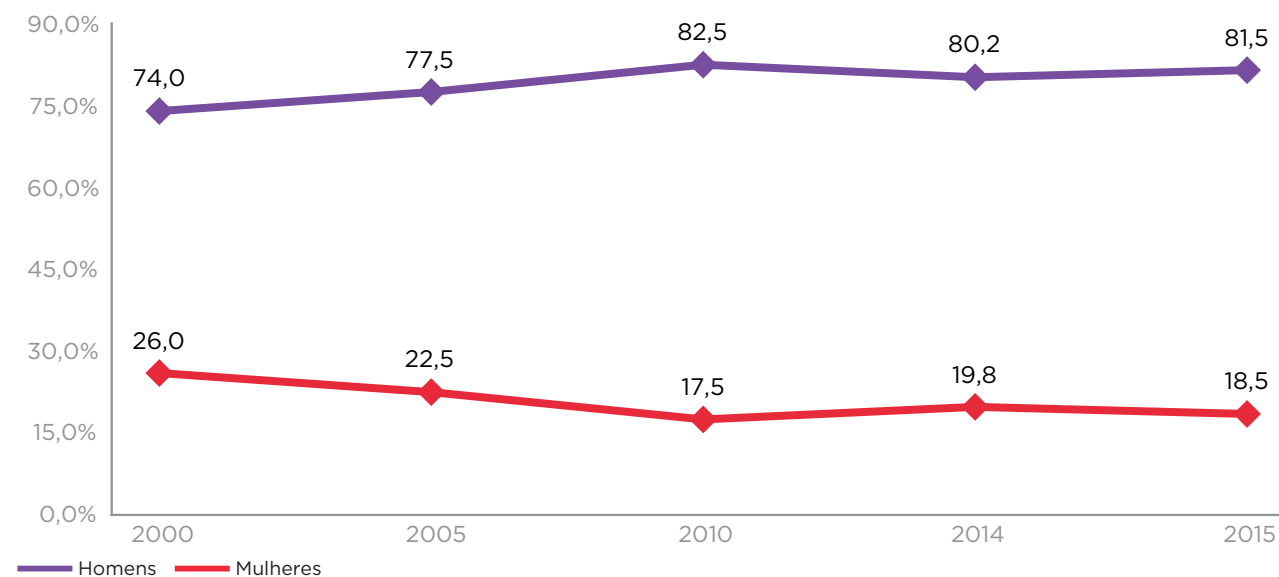
[http://www.pordata.pt/Portugal/Diplomados+no+ensino+superior+em+Tecnologias+da+Informa%C3%A7%C3%A3o+e+Comunica%C3%A7%C3%A3o+\(TIC\)+total+e+por+sexo-1171](http://www.pordata.pt/Portugal/Diplomados+no+ensino+superior+em+Tecnologias+da+Informa%C3%A7%C3%A3o+e+Comunica%C3%A7%C3%A3o+(TIC)+total+e+por+sexo-1171)

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), nos anos analisados, apresentam um panorama preocupante, verificando-se uma fraca participação feminina nestes cursos.

No ano letivo de 2014/2015, verifica-se que das 5 155 pessoas diplomadas, apenas 18,5% são mulheres.

Figura 8

Diplomados no ensino superior em Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC): total e por sexo (%)

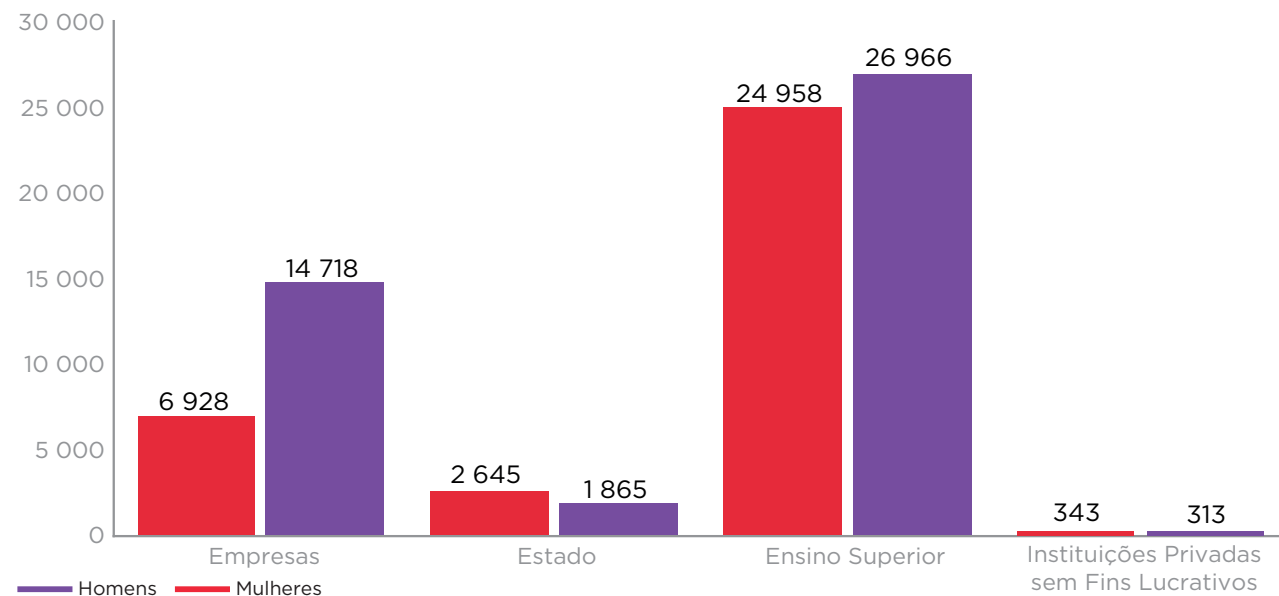


Fonte: Pordata (Dados consultados a 7 de julho de 2017)

[http://www.pordata.pt/Portugal/Diplomados+no+ensino+superior+em+Tecnologias+da+Informa%ca7%c3%a3o+e+Comunica%ca7%c3%a3o+\(TIC\)+total+e+por+sexo-1171](http://www.pordata.pt/Portugal/Diplomados+no+ensino+superior+em+Tecnologias+da+Informa%ca7%c3%a3o+e+Comunica%ca7%c3%a3o+(TIC)+total+e+por+sexo-1171)

Figura 9

Investigadores/as em atividades de Investigação e Desenvolvimento (I&D) por setor e sexo (2014)



Fonte: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) - Inquérito ao Potencial científico e Tecnológico Nacional 2014 (Dados globais) (Dados consultados a 7 de julho de 2017. Os últimos dados disponíveis desagregados por sexo reportam-se a 2014.)

<http://www.dgeec.mec.pt/np4/206/>

3

TRABALHO E EMPREGO

INDICADORES GERAIS

Tabela 14

Indicadores de carácter geral (2016) (%)

	Total Homens e Mulheres	Homens	Mulheres
Taxa de emprego dos 20 aos 64 anos^{a)}	70,6	74,2	67,4
Taxa de emprego com 15 ou mais anos^{b)}	51,9	56,9	47,5
Taxa de desemprego^{b)}	11,1	11,0	11,2
Taxa de atividade com 15 e mais anos^{b)}	58,4	63,9	53,5
Taxa de inatividade com 15 e mais anos^{b)}	41,5	35,8	46,5

Fonte:

http://ec.europa.eu/eurostat/tgm/table.do?tab=table&init=1&language=en&pcode=t2020_10&plugin=1

[http://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+emprego+total+e+por+sexo+\(percentagem\)-549](http://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+emprego+total+e+por+sexo+(percentagem)-549)

[http://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+desemprego+total+e+por+sexo+\(percentagem\)-550](http://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+desemprego+total+e+por+sexo+(percentagem)-550)

[http://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+actividade+total+e+por+sexo+\(percentagem\)-547](http://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+actividade+total+e+por+sexo+(percentagem)-547)

[http://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+inactividade+total+e+por+sexo+\(percentagem\)-790](http://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+inactividade+total+e+por+sexo+(percentagem)-790)

^{a)} Dados recolhidos a 6 de julho de 2017 através do Eurostat

^{b)} Dados recolhidos a 6 de julho de 2017 através do INE/Pordata

Em 2016 verifica-se que a taxa de emprego com 15 ou mais anos é de 47,5% para as mulheres e de 56,9% para os homens, com um diferencial de 9,4 pontos percentuais (p.p.).

Se se considerar a taxa de emprego dos 20 aos 64 anos, usualmente utilizada a nível europeu, essa diferença é de apenas 6,8 p.p..

No mesmo ano, a diferença entre as taxas de desemprego feminina e masculina foi de 0,2 p.p. em prejuízo das mulheres.

As mulheres têm uma taxa de atividade significativamente inferior à dos homens em 10,4 p.p..

Atente-se ainda que a taxa de inatividade com 15 e mais anos é superior nas mulheres, apresentando um diferencial de 10,7 p.p..

DESEMPREGO

Em 2016 existiam 646,5 milhares de pessoas desempregadas, sendo 323,0 milhares de homens e 323,5 milhares de mulheres.

Com efeito, são as seguintes as taxas de desemprego por grupos etários, segundo o sexo:

Tabela 15

Taxa de desemprego por grupo etário

(2016) (%)

	Homens	Mulheres
15-24	27,2	28,8
25-34	11,7	13,2
35-44	7,7	9,2
45-54	10,1	9,4
55-64	12,6	9,0
65 e mais anos	-	-
Total	11,0	11,2

Fonte: INE (Dados consultados a 7 de julho de 2017)

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006192&contexto=bd&selTab=tab2

Pela tabela *supra* verifica-se que o desemprego afeta de forma particular as pessoas mais jovens (15-24 anos), com uma taxa que, em 2016, se situava nos 28,8% para as mulheres e 27,2% para os homens.

Relativamente à taxa de desemprego por nível de escolaridade mais elevado, segundo o sexo, verifica-se a seguinte distribuição:

Tabela 16

Taxa de desemprego por nível de escolaridade mais elevado completo

(2016) (%)

	Homens	Mulheres
Nenhum	14,9	10,9
Básico - 1.º Ciclo	11,5	10,6
Básico - 2.º Ciclo	13,1	10,6
Básico - 3.º Ciclo	11,4	13,0
Secundário e pós-secundário	11,1	13,4
Superior	8,0	8,6
Total	11,0	11,2

Fonte: INE (Dados consultados a 6 de julho de 2017)

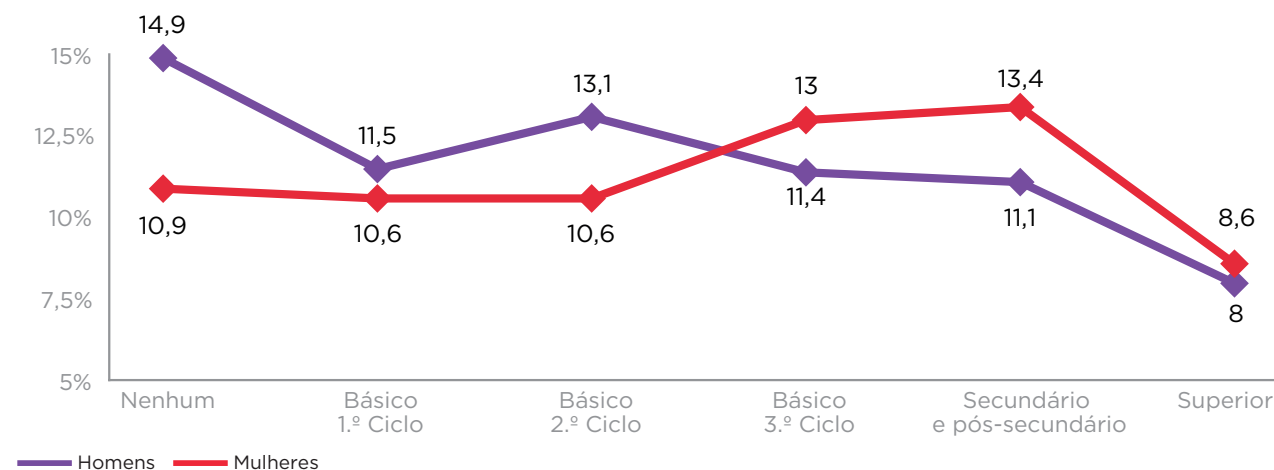
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006192&contexto=bd&selTab=tab2

Em termos gerais verifica-se que o diferencial da taxa de desemprego feminina e masculina apresenta um duplo padrão:

- Taxa de desemprego superior para os homens que apresentam níveis de escolaridade mais baixos;
- Taxa de desemprego superior para as mulheres que apresentam níveis de escolaridade mais elevados.

Figura 10

Taxa de desemprego por nível de escolaridade mais elevado completo (2016) (%)



Fonte: INE (Dados consultados a 6 de julho de 2017)

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006192&contexto=bd&selTab=tab2

Quanto à distribuição do desemprego segundo a duração da procura de emprego, por mulheres e por homens, era a seguinte:

Tabela 17

População desempregada por sexo e duração da procura de emprego (2016)

	Total Homens e Mulheres (milhares)	Homens (milhares)	Mulheres (milhares)	Taxa de feminização (%)
À procura de emprego há menos de 1 ano	217,4	104,5	113,0	52,0
À procura de emprego há um ano ou mais	355,6	186,5	169,1	47,6
Total	573,0	291,0	282,0	49,2

Fonte: Pordata (Dados consultados a 6 de julho de 2017)

<http://www.pordata.pt/Portugal/Popula%C3%A7%C3%A3o+desempregada+do+sexo+masculino+total+e+por+dura%C3%A7%C3%A3o+da+procura+de+emprego-43>

<http://www.pordata.pt/Portugal/Popula%C3%A7%C3%A3o+desempregada+do+sexo+feminino+total+e+por+dura%C3%A7%C3%A3o+da+procura+de+emprego+-41>

<http://www.pordata.pt/Portugal/Popula%C3%A7%C3%A3o+desempregada+total+e+por+dura%C3%A7%C3%A3o+da+procura+de+emprego-360>

Não se registam diferenças significativas entre a representatividade de mulheres e homens quanto à duração na procura de emprego.

POPULAÇÃO ATIVA E INATIVA

Tabela 18

Representação de homens e mulheres na população ativa e inativa

	Total Homens e Mulheres	Homens (milhares)	Mulheres (milhares)	Taxa de feminização (%)
População Ativa com 15 e mais anos	5 178,3	2 652,4	2 525,9	48,8
Empregada	4 605,2	2 361,4	2 243,8	48,7
Desempregada	573,0	291,0	282,0	49,2
População Inativa	3 680,5	1 089,8	2 194,8	59,6
Estudantes	818,0	395,8	422,1	51,6
Domésticos/as	399,6	9,6	390,0	97,6
Reformados/as	1 746,4	810,7	935,7	53,6
Outros/as inativos/as	716,5	269,5	447,0	62,4

Fonte: INE/Pordata (Dados consultados a 6 de julho de 2017)

<http://www.pordata.pt/Portugal/Popula%C3%A7%C3%A3o+ativa+total+e+por+sexo-28>

<http://www.pordata.pt/Portugal/Popula%C3%A7%C3%A3o+inativa+com+15+e+mais+anos+total+e+por+condi%C3%A7%C3%A3o+perante+o+-trabalho+e+sexo-784>

<http://www.pordata.pt/Portugal/Popula%C3%A7%C3%A3o+empregada+total+e+por+sexo+-30>

<http://www.pordata.pt/Portugal/Popula%C3%A7%C3%A3o+desempregada+total+e+por+sexo-38>

Realça-se que as diferenças que se verificam entre mulheres e homens, na população inativa, devem-se, sobretudo, às categorias de pessoas domésticas, com uma taxa de feminização de 97,6%.

EMPREGO

De seguida apresenta-se a distribuição do emprego por setores de atividade:

Tabela 19

População empregada por setor de atividade económica e sexo (2016)

	Total Homens e Mulheres		Homens		Mulheres		Taxa de feminização (%)
	(milhares)	Distribuição percentual (%)	(milhares)	Distribuição percentual (%)	(milhares)	Distribuição percentual (%)	
Setor Primário							
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	318,4	6,9	211,0	8,9	107,4	4,8	33,7
Setor Secundário							
Indústria, construção, energia e água	1 128,3	24,5	788,4	33,4	339,9	15,1	30,1
Setor Terciário							
Serviços	3 158,6	68,6	1 362,1	57,7	1 796,5	80,1	56,9
Total	4 605,2	100,0	2 361,4	100,0	2 243,8	100,0	48,7

Fonte: Pordata (Dados consultados a 6 de julho de 2017)

<http://www.pordata.pt/Portugal/Popula%C3%A7%C3%A3o+empregada+total+e+por+sector+de+atividade+econ%C3%B3mica-32>

<http://www.pordata.pt/Portugal/Popula%C3%A7%C3%A3o+empregada+do+sexo+feminino+total+e+por+sector+de+atividade+econ%C3%B3mica-33>

<http://www.pordata.pt/Portugal/Popula%C3%A7%C3%A3o+empregada+do+sexo+masculino+total+e+por+sector+de+atividade+econ%C3%B3mica-34>

Em termos do emprego por setor de atividade económica, verifica-se que o conjunto dos setores emprega 4 605,2 milhares de pessoas, continuando, em 2016, o setor terciário a assumir um papel preponderante, ocupando mais de dois terços da população empregada (68,6%), quer para os homens (57,7%), quer para as mulheres (80,1%).

As mulheres constituem 33,7% da população que trabalha no setor primário, 30,1% no setor secundário e 56,9% no setor dos serviços.

A distribuição do emprego segundo a duração do trabalho era, em 2016:

Tabela 20

População empregada por duração do trabalho (2016)

	Total Homens e Mulheres (milhares)	Homens (milhares)	Mulheres (milhares)	Taxa de feminização (%)
Tempo completo	4 055,8	2 123,0	1 932,8	47,7
Tempo parcial	549,5	238,4	311,0	56,6
Total	4 605,2	2 361,4	2 243,8	48,7

Fonte: INE/Pordata (Dados consultados a 25 de julho de 2017)

<http://www.pordata.pt/Portugal/Popula%C3%A7%C3%A3o+empregada+total+e+a+tempo+completo+e+parcial+-356>

<http://www.pordata.pt/Portugal/Popula%C3%A7%C3%A3o+empregada+do+sexo+masculino+total+e+a+tempo+completo+e+parcial-357>

<http://www.pordata.pt/Portugal/Popula%C3%A7%C3%A3o+empregada+do+sexo+feminino+total+e+a+tempo+completo+e+parcial-355>

Em cada 100 trabalhadores/as a tempo parcial, cerca de 57 são mulheres.

Em 2016, o emprego (15-64 anos) distribuía-se nos países da UE 28 da seguinte forma:

Tabela 21

Emprego a tempo parcial em percentagem do emprego total

(dos 15 aos 64 anos) (2016) (%)

	Emprego a tempo parcial em percentagem do emprego total		Emprego a tempo parcial involuntário em percentagem do emprego parcial	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Bélgica	9,5	42,1	13,6	7,5
Bulgária	1,8	2,2	57,1	60,2
República Checa	2,3	10,0	12,4	14,7
Dinamarca	16,8	36,9	12,2	14,6
Alemanha	9,4	46,5	18,8	10,4
Estónia	6,8	13,3	11,3	9,4
Irlanda	12,2	33,2	48,7	24,4
Grécia	6,9	13,7	76,4	69,0
Espanha	7,6	24,1	67,8	59,8
França	7,5	29,8	51,8	42,3
Croácia	4,4	7,1	35,7	27,0
Itália	8,2	32,7	80,2	58,8
Chipre	11,4	15,7	78,3	62,5
Letónia	6,1	10,8	37,5	35,0
Lituânia	5,4	8,8	32,0	31,4
Luxemburgo	6,2	35,1	7,6	12,5
Hungria	3,1	6,8	34,2	27,4
Malta	5,8	26,5	20,0	6,9
Holanda	26,2	76,4	14,6	8,2
Áustria	10,5	47,1	19,6	11,3
Polónia	3,7	9,7	25,7	25,2
Portugal	6,8	12,1	42,1	52,5
Roménia	7,3	7,7	68,1	44,8
Eslovénia	6,0	13,1	10,4	16,1
Eslováquia	4,1	7,9	40,0	31,2
Finlândia	10,0	20,2	33,0	34,8
Suécia	13,0	35,6	32,0	26,9
Reino Unido	11,3	40,8	28,7	12,1
UE 28	8,9	31,9	37,6	24,6

Fonte: EUROSTAT Part-time employment as percentage of the total employment, by sex and age, Involuntary part-time employment as percentage of the total part-time employment, by sex and age (Dados consultados a 25 de julho de 2017)
<http://ec.europa.eu/eurostat/web/lfs/data/database>

Em todos os países, sem exceção, o emprego feminino a tempo parcial supera o masculino. Vários estudos têm sublinhado que a feminização desta modalidade se explica com base na persistência de representações sociais tradicionais e na assimetria na partilha de responsabilidades e tarefas entre homens e mulheres.

A percentagem de mulheres com emprego a tempo parcial é bastante elevada em países como a Holanda (76,4%), Áustria (47,1%), Alemanha (46,5%), Bélgica (42,1%) e Reino Unido (40,8%).

Em Portugal a percentagem de mulheres que trabalham a tempo parcial situa-se nos 12,1%, sendo que nos homens essa percentagem situa-se nos 6,8%.

De acordo com o Eurostat, em 2016, em Portugal, 52,5% das mulheres que trabalhavam a tempo parcial faziam-no porque não conseguiam encontrar um emprego a tempo inteiro, enquanto na UE 28 esse valor era de 24,6%.

A estrutura do emprego, segundo a situação na profissão principal, era a seguinte em 2016:

Tabela 22

População empregada segundo a situação na profissão principal

	Total Homens e Mulheres (milhares)	Homens (milhares)	Mulheres (milhares)	Taxa de feminização (%)
Por conta de outrem	3 787,2	1 843,9	1 943,3	51,3
Por conta própria como isolado/a	569,6	352,2	217,4	38,1
Por conta própria como empregador/a	219,5	151,0	68,5	31,2
Outras situações	29,0	14,4	14,6	50,3
Total	4 605,2	2 361,4	2 243,8	48,7

Fonte: INE/Pordata (Dados consultados a 25 de julho de 2017)

<http://www.pordata.pt/Portugal/Popula%C3%A7%C3%A3o+empregada+total+e+por+situa%C3%A7%C3%A3o+na+profiss%C3%A3o+principal+-35>

<http://www.pordata.pt/Portugal/Popula%C3%A7%C3%A3o+empregada+do+sexo+masculino+total+e+por+situa%C3%A7%C3%A3o+na+profiss%C3%A3o+principal-36>

<http://www.pordata.pt/Portugal/Popula%C3%A7%C3%A3o+empregada+do+sexo+feminino+total+e+por+situa%C3%A7%C3%A3o+na+profiss%C3%A3o+principal-37>

Salienta-se que as mulheres embora constituindo 38,1% das pessoas que trabalham por conta própria, como isoladas, são apenas 31,2% das pessoas empregadoras, que trabalhando por conta própria, têm outros/as empregados/as ao serviço.

A estrutura do emprego, segundo a profissão principal, era em 2016:

Tabela 23

População empregada por Sexo e Profissão (2016)

	Total Homens e Mulheres (milhares)	Homens (milhares)	Mulheres (milhares)	Taxa de feminização (%)
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos/as	300,7	192,9	107,8	35,9
Especialistas das atividades intelectuais e científicas	827,1	337,5	489,7	59,2
Técnicos/as e profissionais de nível intermédio	544,7	298,5	246,1	45,1
Pessoal administrativo	348,2	119,4	228,8	65,7
Trabalhadores/as dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores	804,5	286,0	518,5	64,4
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta	291,4	198,5	92,8	31,8
Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices	581,6	496,7	84,9	14,6
Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	397,1	264,1	133,0	33,4
Profissões das Forças Armadas	20,7	18,6	-	-
Total	4 605,2	2 361,4	2 243,8	48,7

Fonte: INE (Dados consultados a 25 de julho de 2017)

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006139&contexto=bd&selTab=tab2

No geral ainda se verifica uma segregação horizontal do mercado de trabalho.

As mulheres são maioritárias entre o pessoal administrativo (65,7%) e trabalhadores/as dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores/as (64,4%).

São igualmente maioritárias entre os/as especialistas das atividades intelectuais e científicas (59,2%), mas apenas cerca de um terço (35,9%) dos/as representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores/as e gestores/as executivos/as.

Os/As trabalhadores/as por conta de outrem, quanto ao contrato laboral, repartiam-se da seguinte forma:

Tabela 24

População empregada por conta de outrem por contrato de trabalho (2016)

Tipo de contrato	Total Homens e Mulheres (milhares)	Homens (milhares)	Mulheres (milhares)	Taxa de feminização (%)
Sem termo	2 943,2	1 428,7	1 514,5	51,4
Com termo	705,4	353,4	352,1	49,9
Outras situações	138,6	61,9	76,7	55,3
Total	3 787,2	1 843,9	1 943,3	51,3

Fonte: Pordata (Dados consultados a 26 de julho de 2017)

<http://www.pordata.pt/Portugal/Trabalhadores+por+conta+de+outrem+total+e+por+tipo+de+contrato+-844>

<http://www.pordata.pt/Portugal/Trabalhadores+do+sexo+feminino+por+conta+de+outrem+total+e+por+tipo+de+contrato+-846>

<http://www.pordata.pt/Portugal/Trabalhadores+do+sexo+masculino+por+conta+de+outrem+total+e+por+tipo+de+contrato+-845>

O contrato de trabalho sem termo é a forma de contratação mais frequente em Portugal. Não foram encontradas diferenças muito significativas entre homens e mulheres quanto ao contrato de trabalho, apenas com as mulheres a estarem ligeiramente mais representadas nas “outras situações”.

REMUNERAÇÕES

Esta variável é recolhida através do preenchimento dos *Quadros de Pessoal* que abrangem todas as entidades patronais do Continente e Regiões Autónomas, públicas e privadas, com trabalhadores e trabalhadoras ao serviço, excetuando-se a Administração Pública e Serviços Domésticos.

De acordo com os dados dos *Quadros de Pessoal*, a remuneração média mensal de base em 2015 era de:

Tabela 25

Remunerações médias (base e ganho) de trabalhadores por nível de qualificação (2015)

	Base			Ganho		
	Homens (€)	Mulheres (€)	Gap (%)	Homens (€)	Mulheres (€)	Gap (%)
Quadros superiores	2 316,87	1 705,89	26,4	2 709,33	1 954,51	27,9
Quadros médios	1 523,32	1 311,12	13,9	1 856,52	1 532,07	17,5
Enc., Cont. e Chefes de equipa	1 337,21	1 230,75	8,0	1 597,88	1 433,86	10,3
Prof. Altamente Qualificados	1 255,19	1 041,91	6,9	1 572,90	1 254,35	20,3
Prof. Qualificados	762,14	682,70	10,4	952,22	808,86	15,1
Prof. Semi-Qualificados	635,40	571,28	10,1	780,11	668,41	14,3
Prof. Não-Qualificados	598,43	535,83	10,5	725,24	617,40	14,9
Estag., Praticantes e Aprend.	577,57	549,49	4,9	693,71	638,33	8,0
Total (média)	990,05	824,99	16,7	1 207,76	966,85	19,9

Fonte: Gabinete de Estratégia e Planeamento do MTSSS (Dados consultados a 26 de julho de 2017)

<http://www.gep.msess.gov.pt/estatistica/gerais/qpanteriores.php> (sínteses)

Da análise da tabela, verifica-se que as remunerações médias, tanto ao nível da remuneração base, como dos ganhos, são superiores nos homens.

Ou seja, os homens, em média ganham 990,05€ de remuneração base enquanto as mulheres auferem 824,99€, assistindo-se a um *gap* (diferencial) de 16,7%.

Se se considerar o ganho médio mensal (que contém outras componentes do salário, tais como compensação por trabalho suplementar, prémios e outros benefícios, geralmente de carácter discricionário), a diferença é ainda mais sensível: Os homens auferem uma média de 1 207,76€, enquanto as mulheres apenas auferem 966,85, assistindo-se a um *gap* na ordem dos 19,9%.

Por outro lado, constata-se ainda que o diferencial salarial entre mulheres e homens está estreitamente relacionado com os níveis de qualificação: à medida que aumenta o nível de qualificação, maior é o diferencial salarial entre homens e mulheres, sendo particularmente evidente entre os quadros superiores. Neste nível de qualificação, o *gap* é de 26,4% na remuneração base e de 27,9% nos ganhos.

O *Eurostat* apresenta dados para o *gap* salarial que são diferentes dos dados habitualmente divulgados em Portugal através dos *Quadros de Pessoal*.

A principal diferença entre os dois valores deve-se ao facto de o *Eurostat* utilizar valores da remuneração horária, e não da remuneração mensal, como a que consta dos *Quadros de Pessoal*.

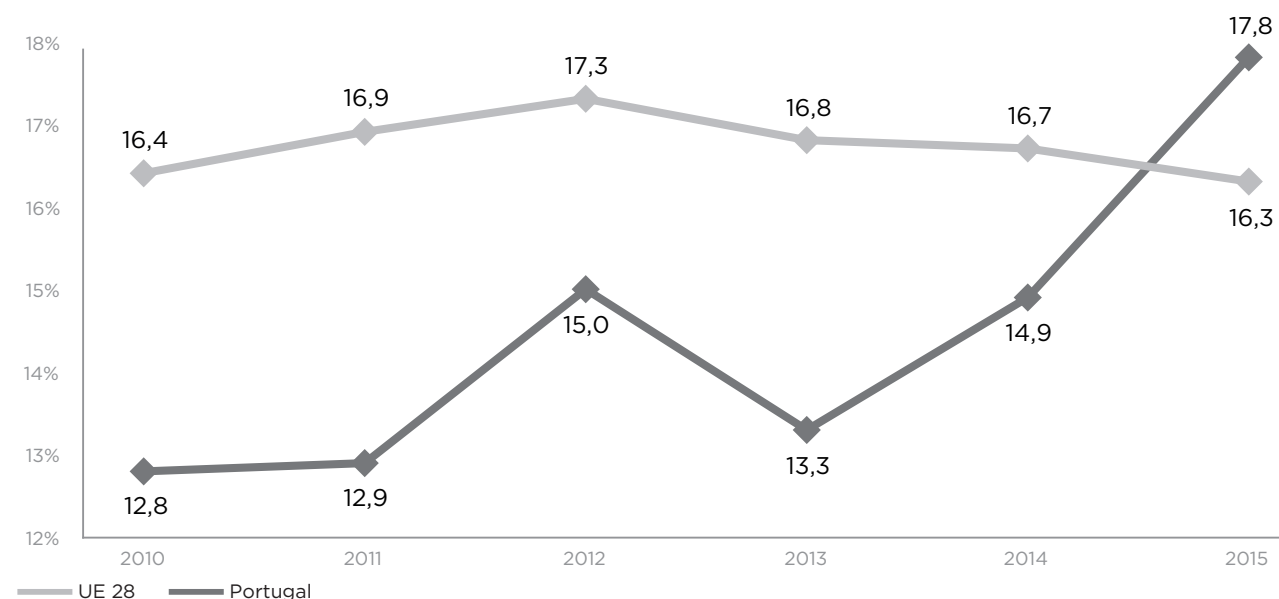
Tendo em conta que as mulheres trabalham profissionalmente, em média, menos horas do que os homens, a diferença será sempre maior no cálculo mensal.

Ainda assim, julgamos importante apresentar o cálculo do *Eurostat* para podermos comparar Portugal com os outros Estados-Membros da UE.

Figura 11

Disparidade salarial entre homens e mulheres

(2010-2015) (%)



Fonte: EUROSTAT, Labour market statistics (Dados consultados a 26 de julho de 2017)

<http://ec.europa.eu/eurostat/tgm/table.do?tab=table&init=1&language=en&pcode=tsdsc340&plugin=1>

Em 2015, as mulheres europeias (UE 28) ganhavam, em média, 16,3% menos do que os homens e em Portugal, essa disparidade era de 17,8%, tendo aumentado 2,9 pontos percentuais em relação ao ano anterior.

Pela primeira vez, em vários anos, assiste-se que em Portugal, o *gender pay gap* ultrapassa a média da União Europeia.

As diferenças salariais que ainda persistem podem dever-se, em grande medida, aos diferentes estatutos de mulheres e homens no mercado de trabalho decorrentes, nomeadamente da segregação horizontal e vertical.

A nível da segregação horizontal constata-se que “quando se analisam as remunerações de base e os ganhos por atividade económica verifica-se que, de um modo geral, o diferencial salarial entre mulheres e homens, a favor destes, é mais acentuado nas atividades onde a participação feminina é maior. Em contrapartida, é nas atividades onde os homens predominam que os diferenciais salariais são menores” (I Relatório sobre diferenciações salariais por ramos de atividade, 2014, p. 13).

A nível da segregação vertical, verifica-se que “o crescimento da presença feminina no mercado de trabalho, bem como o aumento da escolarização, não tem tido um efeito equivalente no acesso aos cargos de decisão das empresas e na sua participação na decisão” (I Relatório sobre diferenciações salariais por ramos de atividade, 2014, p. 13).

ALGUMAS PROFISSÕES DE ACESSO RECENTE DAS MULHERES

Em 1974 três diplomas abrem o acesso das mulheres a:

- Todos os cargos da carreira administrativa local (Decreto-Lei n.º 492/74 de 27 de setembro);
- À carreira diplomática (Decreto-Lei n.º 308/74 de 6 de julho);
- À magistratura (Decreto-Lei n.º 251/74 de 12 de junho).

Em 1991 e 1992 três Portarias abrem o acesso das mulheres a:

- Prestação de serviço militar efetivo na Força Aérea (Portaria n.º 777/91 de 8 de agosto);
- Prestação de serviço militar efetivo no exército (Portaria n.º 1156/91 de 11 de novembro);
- Prestação de serviço militar efetivo na Marinha (Portaria n.º 163/92 de 13 de março).

Em 1991 as mulheres puderam concorrer à GNR, pois só após esta data é que foi permitida a entrada de mulheres para as Forças Armadas (Lei n.º 22/91 de 19 de junho), já que ao ser uma organização policial de natureza militar era obrigatório o cumprimento do serviço militar para quem pretendesse ingressar na GNR (Esteves, C., 2013, p. 46).

A tabela seguinte pretende evidenciar o estado de arte das mulheres na atualidade nestas profissões.

Tabela 26

Algumas profissões de acesso recente das mulheres (2016)

	Total Homens e Mulheres	Homens	Mulheres	Taxa de feminização (%)
Diplomatas	356	257	99	27,8
Magistrados/as Judiciais	1 999	817	1 182	59,1
Magistrados/as do Min. Público	1 501	578	923	61,5
Polícia de Segurança Pública	22 007	19 869	2 138	9,7
Guarda Nacional Republicana	23 331	21 498	1 833	7,8
Forças Armadas	29 563	26 303	3 260	11,0

Fonte: (Dados consultados a 26 de julho de 2017)

Diplomatas — <https://www.dgaep.gov.pt/index.cfm?OBJID=COF56E62-5381-4271-B010-37ECE5B31017>

Magistrados/as Judiciais e Magistrados/as do Min. Público (Estatísticas Oficiais de Justiça/Tribunais/Pessoal ao serviço) — http://www.siej.dgpi.mj.pt/SIEJ/PDFs/tribunais/Tribunais_Pessoal%20ao%20servico_Tribunais.pdf

Polícia de Segurança Pública (Balanço Social-PSP) — <http://www.psp.pt/Documentos%20Varios/Balan%C3%A7o%20Social%20da%20PSP%202015.pdf>

Guarda Nacional Republicana (Relatório de atividades GNR) — http://www.gnr.pt/InstrumentosGestao/2016/RA2016_APROVADOCMDT.pdf

Forças Armadas - MDN — <http://www.portugal.gov.pt/media/18663353/20160307-mdn-mulheres-fa.pdf>

Os homens continuam a predominar nas forças armadas, na GNR e na PSP, assim como entre os/as diplomatas. De relevar que as mulheres são já altamente maioritárias na magistratura.

CONCILIAÇÃO ENTRE VIDA PROFISSIONAL, FAMILIAR E PESSOAL

Um aspeto essencial da conciliação entre vida profissional, familiar e pessoal é a partilha de responsabilidades familiares entre homens e mulheres, nomeadamente valorizando de igual modo a maternidade e a paternidade.

Nesta área, convém destacar que a partir de 1999 é introduzida, com a Lei n.º 142/99, de 31 de agosto, uma mudança de paradigma na divisão sexual do trabalho, reconhecendo que o trabalho de cuidado com descendentes não era exclusivo das mulheres, criando incentivos à partilha das licenças entre mães e pais.

A partir de 2004, com a Lei n.º 35/2004 de 29 de Julho, a licença por paternidade passa a ter um carácter obrigatório (art.º 69.º), pelo que a análise longitudinal dos dados se situa a partir de 2005.

De seguida apresenta-se uma tabela com a evolução no uso das licenças parentais de 2005 a 2015:

Tabela 27

Evolução no uso das licenças de parentalidade (2005-2015) (%)

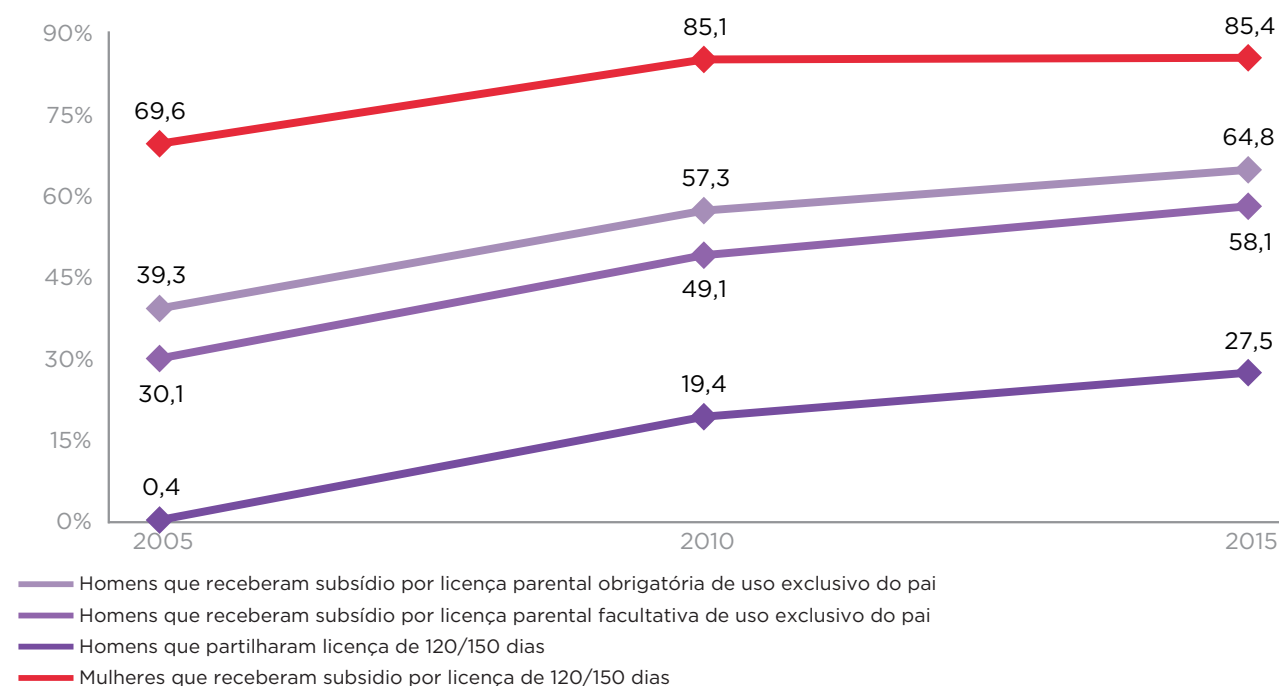
	2005	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Crianças nascidas	109 399	102 492	104 594	99 491	101 381	96 112	89 841	78 779	-	
Homens que receberam subsídio por licença parental obrigatória de uso exclusivo do pai	42 982	45 687	45 973	53 278	58 069	61 604	56 289	51 547	50 283	55 445
5 dias até abril de 2009 e 10 dias desde maio de 2009										
% no total de crianças nascidas	39,3	44,6	44,0	53,6	57,3	64,1	62,7	65,4	-	
% no total das licenças das mulheres	56,5	60,7	61,2	62,6	67,3	70,9	73,7	72,4	73,9	76,0
Homens que receberam subsídio por licença parental facultativa de uso exclusivo do pai	32 945	37 552	38 442	44 447	49 823	52 283	48 661	45 165	44 799	49 672
15 dias até abril de 2009 e 10 dias desde maio de 2009										
% no total de crianças nascidas	30,1	36,6	36,8	44,7	49,1	54,4	54,2	57,3	-	
% no total das licenças das mulheres	43,3	49,9	51,2	52,2	57,8	60,1	63,7	63,5	65,8	68,1
Homens que partilharam licença de 120/150 dias	413	551	577	8 593	19 711	20 528	20 430	20 128	20 623	23 542
% no total de crianças nascidas	0,4	0,5	0,6	8,6	19,4	21,4	22,7	25,5	-	
% no total das licenças das mulheres	0,5	0,7	0,8	10,1	22,9	23,6	26,7	28,3	30,3	32,3
Mulheres que receberam subsídio por licença de 120/150 dias	76 125	75 297	75 128	85 085	86 242	86 941	76 409	71 175	68 056	72 992
% no total de crianças nascidas	69,6	73,5	71,8	85,5	85,1	90,5	85,0	90,3	-	
Homens que receberam subsídio social de paternidade/subsídio social parental				3 945	7 100	6 601	6 869	6 639	6 333	6 567
% no total de crianças nascidas	-	-	-	4,0	7,0	6,9	7,6	8,4	-	
% no total das licenças das mulheres que beneficiam do subsídio social de maternidade	-	-	-	17,9	33,3	35,2	37,3	37,8	37,3	38,7
Mulheres que receberam subsídio social de maternidade/subsídio social parental			7 257	22 094	21 300	18 742	18 436	17 551	16 981	16 981
% no total de crianças nascidas			6,9	22,2	21,0	19,5	20,5	22,3	-	

Fonte: CITE

<http://www.cite.gov.pt/pt/acite/licencasparentais.html>

Figura 12

Homens e mulheres que gozaram licenças parentais relativamente ao total de crianças nascidas (%)



Fonte: (Dados consultados a 26 de julho de 2017)

CITE — <http://www.cite.gov.pt/pt/acite/licencaspaisparentais.html>

Pordata — <http://www.pordata.pt/Portugal/Nados+vivos+de+m%C3%A3es+residentes+em+Portugal+total+e+fora+do+casamento-14>

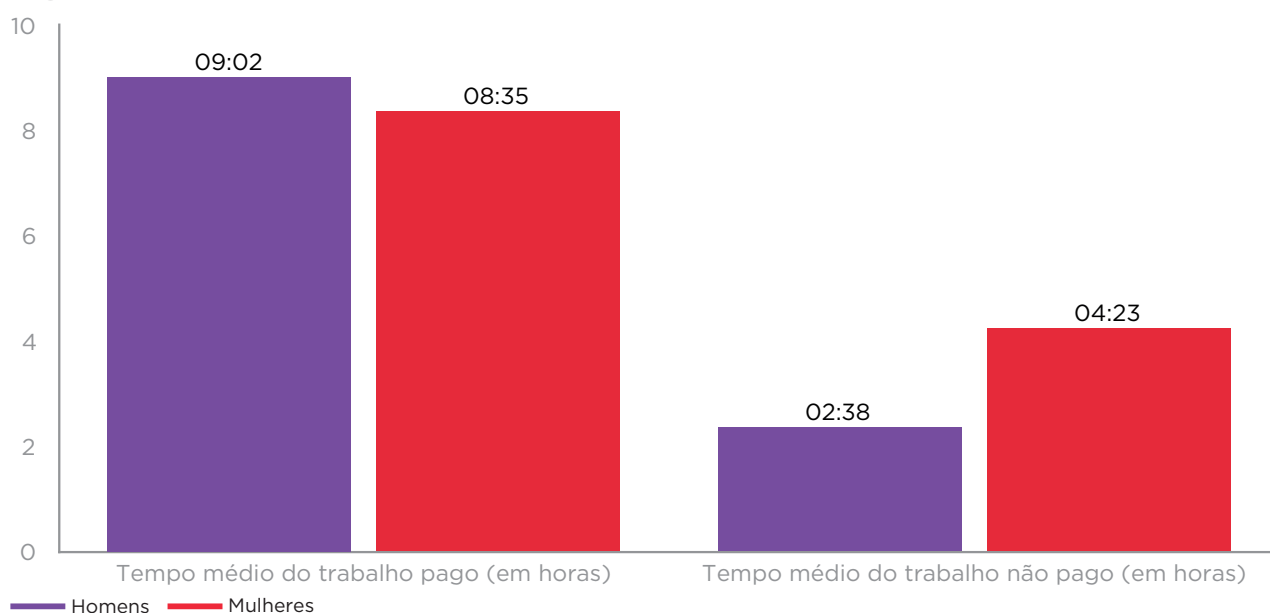
Ressalta uma evolução sensível da proporção de homens que receberam subsídio por licença parental (obrigatória e facultativa) de 2005 até 2015. O mesmo acontece com os homens que partilharam a licença inicial de 120/150 dias. Contudo, relativamente ao número de crianças nascidas, as mulheres continuam a apresentar a maior percentagem de licenças parentais.

Em cada 100 crianças que nasceram, houve 85,4 mulheres que tiveram direito à licença de parentalidade e 27,5 homens partilharam essa licença.

USOS DO TEMPO DE HOMENS E DE MULHERES EM PORTUGAL

Figura 13

Tempo médio do trabalho pago e não pago segundo o sexo (2015) (horas)



Fonte: CESIS e CITE (Dados consultados a 26 de julho de 2017)
<http://www.inut.info/uploads/1/5/1/3/15135554/inut-livro.pdf>

No que se refere ao tempo de trabalho pago (incluindo deslocações), os homens continuam, em 2015, a trabalhar mais do que as mulheres: (mas apenas) 27 minutos a mais por dia. Em 1999, esta disparidade era de 1 hora.

Considerando o tempo de trabalho não pago no seu todo, ou seja, tarefas domésticas e de cuidado, as mulheres continuam, em 2015, a trabalhar mais do que os homens: 1 hora e 45 minutos a mais por dia. Em 1999, esta disparidade era de 3 horas.

O tempo médio diário de trabalho total tem, em 2015, uma duração superior para as mulheres, de 1 hora e 13 minutos. Em 1999, a disparidade em seu desfavor era de mais 2 horas.

POBREZA E PROTEÇÃO SOCIAL

PRIVAÇÃO MATERIAL

A *taxa de privação material* é definida como a ausência forçada de uma combinação de itens que descrevem as condições de vida material, como as condições de habitação, a posse de determinados bens duráveis e a capacidade de assumir compromissos básicos. Assim, é considerada “a ausência de pelo menos 3 dos 9 itens que a seguir se apresentam: capacidade para fazer face a despesas inesperadas; capacidade para pagar uma semana de férias por ano fora de casa; capacidade para fazer face às dívidas; capacidade de fazer uma refeição com carne ou peixe de dois em dois dias; capacidade de manter a casa adequadamente aquecida; ter uma máquina de lavar, uma TV a cores, um telefone; carro próprio”.

A taxa de privação material feminina é tendencialmente superior à da população masculina.

Tabela 28

Taxa de privação material (2004-2016) (%)

	Total Homens e Mulheres	Homens	Mulheres
2004	21,7	20,5	22,8
2005	21,2	20,2	22,1
2006	19,9	19,4	20,4
2007	22,4	21,5	23,2
2008	23,0	22,3	23,6
2009	21,5	20,8	22,2
2010	22,5	21,9	22,9
2011	20,9	20,1	21,6
2012	21,8	21,5	22,2
2013	25,5	25,3	25,6
2014	25,7	24,6	26,6
2015	21,6	21,0	22,1
2016	19,5	18,6	20,3

Fonte: INE (Dados consultados a 26 de julho de 2017)

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006257&contexto=bd&selTab=tab2

Em todos os anos considerados, a Taxa de privação material é sempre superior nas mulheres do que nos homens.

RISCO DE POBREZA

Tabela 29

Taxa de Risco de Pobreza³ após transferências sociais⁴, segundo o sexo e o grupo etário (%)

	0-17		18-64		65 e mais anos	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
2012	24,6	24,3	18,5	18,3	13,7	15,2
2013	25,2	26,1	18,7	19,5	12,6	16,9
2014	23,9	25,8	18,6	18,9	14,2	19,0
2015	21,2	23,7	18,0	18,5	16,0	19,9

Fonte: INE, Destaque de 15 de dezembro de 2016 - Rendimento e condições de vida 2016 (dados provisórios) (Dados consultados a 26 de julho de 2017)

Em todos os anos analisados e em praticamente todos os grupos etários a taxa de risco de pobreza nas mulheres é superior à dos homens, excetuando o ano de 2012 nos grupos etários dos 0-17 e dos 18 aos 64, diferença esta que contudo não chega a ser significativa.

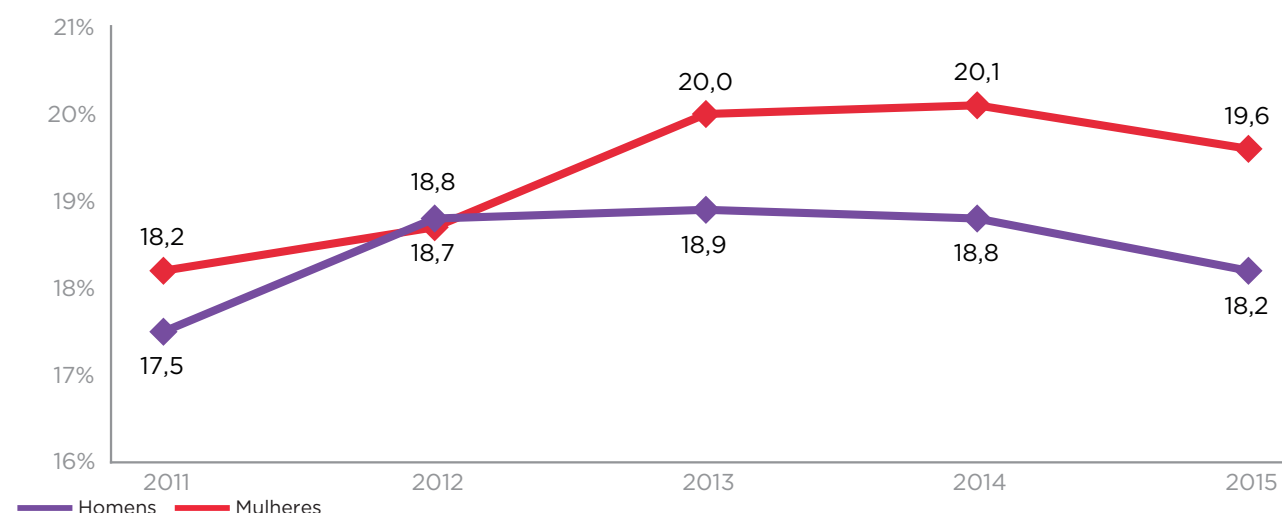
A taxa de risco de pobreza é maior entre as pessoas mais jovens, ou seja, no escalão etário dos 0-17, seguindo-se o escalão dos 18-64.

No escalão etário dos 65 e mais anos, a taxa de risco de pobreza é maior entre as mulheres em todos os anos analisados, chegando aos 4,7 pontos percentuais no ano de 2014.

Entre 2014 e 2015 a taxa de risco de pobreza diminui nos escalões etários dos 0-17 e dos 18-64. Contudo sofre um aumento entre a população mais idosa (65 e mais).

Figura 14

Evolução da taxa de risco de pobreza em homens e mulheres (%)



Fonte: INE, Destaque de 15 de dezembro de 2016 - Rendimento e condições de vida 2016 (dados provisórios) (Dados consultados a 26 de julho de 2017)

³ A taxa de risco de pobreza corresponde à proporção da população cujo rendimento equivalente se encontra abaixo da linha de pobreza definida como 60% do rendimento mediano por adulto equivalente.

⁴ Inclui rendimentos do trabalho e outros rendimentos privados, pensões de velhice e sobrevivência.

Em todos os anos, excetuando em 2012, a taxa de pobreza das mulheres é superior à dos homens;

De 2011 a 2013 a taxa de risco de pobreza, em mulheres e homens, sofreu um aumento, que nas mulheres vai até 2014;

A partir de 2014 dá-se uma descida da taxa de risco de pobreza, quer para os homens, quer para as mulheres;

Em 2011, o *gap* era de 0,7 pontos percentuais, em 2012 praticamente desaparece, sendo que desde essa altura tem sempre aumentado, chegando ao *gap* de 1,4 pontos percentuais em 2015.

RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO (RSI)

Refletindo a situação mais precária das mulheres, o RSI abrange mais mulheres do que homens. Os escalões etários onde se verificam mais mulheres beneficiárias são entre os 25 e os 49 anos e com idade igual ou superior a 65 anos.

Tabela 30

Beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI), segundo os grupos etários e o sexo (2016)

	Total Homens e Mulheres	Homens	Mulheres	Taxa de feminização (%)
< 18 anos	88 698	45 938	42 760	48,2
18- 64	193 365	93 839	99 526	51,5
65 e mais	5 344	2 595	2 749	51,4
Total	287 407	142 372	145 035	50,5

Fonte: ISS, Estatísticas da Segurança Social (Dados consultados a 26 de julho de 2017)
<http://www.seg-social.pt/estatisticas>

COMPLEMENTO SOLIDÁRIO PARA IDOSOS (CSI)

Em 2016, o número de pessoas beneficiárias com processamento de Complemento Solidário para idosos (CSI) foi de 173 056, tendo sido atribuído a 120 639 mulheres (69,7%), e a 52 417 homens (30,3%).

Estes dados poderão explicar-se pela maior longevidade das mulheres e as menores pensões auferidas por estas.⁵

SUBSÍDIO DE DESEMPREGO

Em 2016, existiam 463 121 pessoas beneficiárias de prestações de desemprego, das quais 227 931 (49,2%) eram homens e 235 190 (50,8%) mulheres.⁶

PENSÕES

Em 2016, o número de beneficiários/as de pensões por invalidez, velhice ou sobrevivência ascendia aos 2 994 711 indivíduos. As mulheres estão sobre-representadas entre pensionistas de velhice e, sobretudo, de sobrevivência.

Tabela 31

Número de pensionistas ativos da segurança social, por tipo de pensão e sexo (2016)

Tipo de Pensão	Total Homens e Mulheres	Homens	Mulheres	Taxa de feminização (%)
Invalidez	238 433	125 750	112 683	47,3
Velhice	2 036 116	959 101	1 077 015	52,9
Sobrevivência	720 162	132 745	587 417	81,6
Total	2 994 711	1 217 596	1 777 115	59,3

Fonte: ISS, Estatísticas da Segurança Social (Dados consultados a 26 de julho de 2017)
<http://www.seg-social.pt/estatisticas>

5 FONTE: ISS, Estatísticas da Segurança Social (Dados consultados a 26 de julho de 2017)
<http://www.seg-social.pt/estatisticas>

6 FONTE: ISS, Estatísticas da Segurança Social (Dados consultados a 26 de julho de 2017)
<http://www.seg-social.pt/estatisticas>

Tabela 32

Gender Gap nas pensões, por escalões etários, na UE 28 (2012) (%)

	65 anos e +	65-69 anos	70-74 anos	75 anos e +
Áustria	39	41	43	34
Bélgica	31	37	28	28
Bulgária	35	35	36	34
Chipre	37	43	40	22
República Checa	14	15	13	14
Alemanha	45	39	45	46
Dinamarca	8	6	10	8
Estónia	5	2	2	9
Grécia	25	21	25	27
Espanha	34	38	30	31
Finlândia	27	26	28	25
França	36	31	38	37
Croácia	25	21	19	29
Hungria	15	18	12	16
Irlanda	37	38	45	29
Itália	33	39	35	28
Lituânia	12	10	9	17
Luxemburgo	45	50	45	41
Letónia	17	19	15	15
Malta	18	23	18	17
Holanda	42	52	47	28
Polónia	25	28	25	23
Portugal	31	33	41	22
Roménia	31	30	30	31
Suécia	30	27	33	28
Eslovénia	24	16	20	31
Eslováquia	8	11	10	2
Reino Unido	40	39	42	39
EU 28	38	38	41	37

Fonte: EIGE (Dados consultados a 26 de julho de 2017)

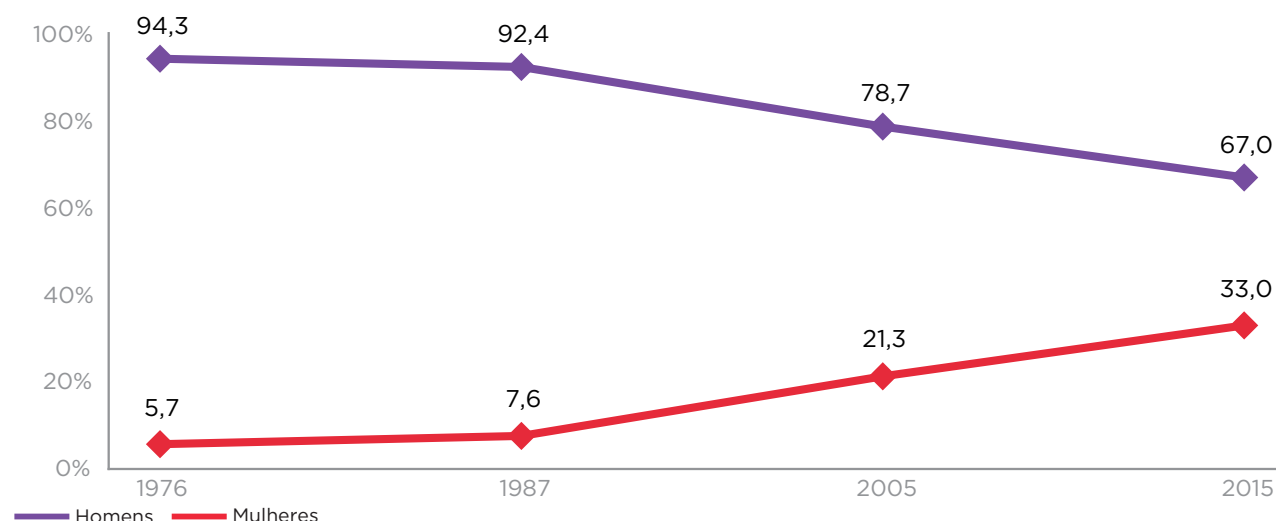
http://eige.europa.eu/sites/default/files/documents/MH0415087ENN_Web.pdf

No estudo do *EIGE Gender Gap in Pensions* verifica-se que a diferença média entre as pensões recebidas por homens e por mulheres, em Portugal é de 31%. Analisando por grupos etários verifica-se uma diferença máxima (41%) no escalão dos 70 aos 74 anos.

PODER E TOMADA DE DECISÃO

Figura 15

Evolução da participação de mulheres e homens na Assembleia da República (%)



Fonte: Pordata (Dados consultados a 26 de julho de 2017)

<http://www.pordata.pt/Portugal/Mandatos+nas+elei%C3%A7%C3%B5es+para+a+Assembleia+da+Rep%C3%BAblica+deputados+do+sexo+feminino+em+percentagem+do+total++por+partido+pol%C3%ADtico-2261>

Durante a primeira década após o 25 de Abril de 1974, a presença feminina na Assembleia da República é praticamente irrelevante e em 2005 a representação feminina continuava a rondar apenas um quinto do total de lugares.

É a partir de 2006, com a aprovação da chamada Lei da Paridade, que se verifica um aumento mais significativo da representação de mulheres na Assembleia da República que passa de 21,3% em 2005 para 33% em 2015, sendo que apenas neste último ano se atingiu o limiar de paridade de acordo com o que está definido na Lei.

Nas eleições realizadas em 4 de outubro de 2015 para a Assembleia da República, foi a seguinte a repartição de deputadas/os eleitos/as por sexo e por partido:

Tabela 33

Repartição de deputadas/os eleitos/as por sexo e por partido

	Total Homens e Mulheres	Homens	Mulheres	Taxa de feminização (%)
PSD/CDS	107	71	36	33,6
PS - Partido Socialista	86	59	27	31,4
BE - Bloco de Esquerda	19	13	6	31,6
PCP+PEV - CDU	17	10	7	41,2
PAN	1	1	0	0
Total	230	154	76	33,0

Fonte: Comissão Nacional de Eleições (Dados consultados a 26 de julho de 2017)
http://www.cne.pt/sites/default/files/dl/ar2015_mapa_oficial_esultados.pdf

Tabela 34

Composição inicial do XXI Governo Constitucional

	Total Homens e Mulheres	Homens	Mulheres	Taxa de feminização (%)
Ministros/as (incluindo o 1.º Ministro)	18	14	4	22,2
Secretários/as de Estado	41	26	15	36,6
Total	59	40	19	32,3

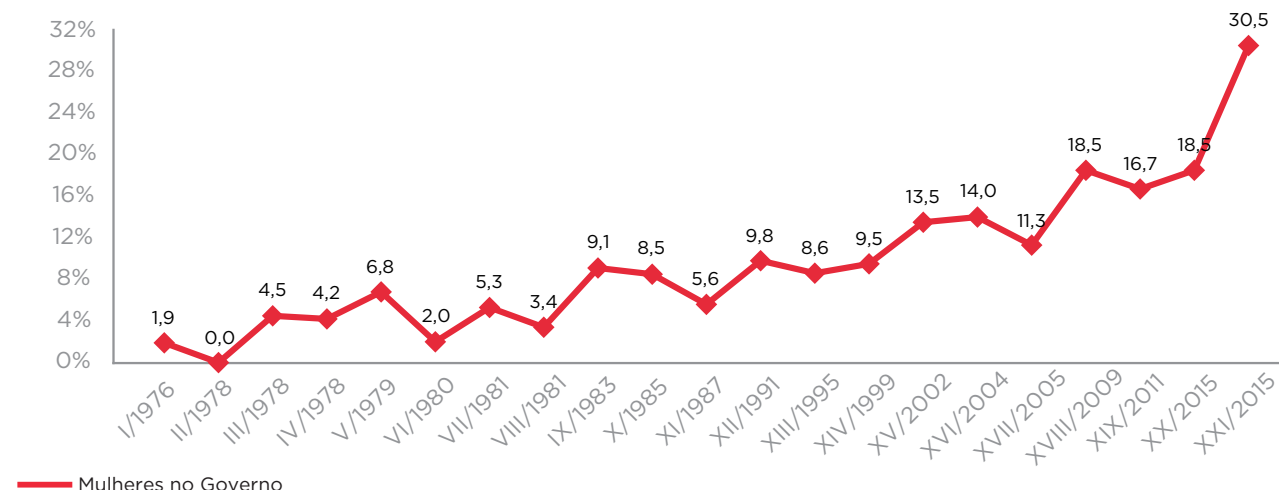
Fonte: Portal do Governo (Dados consultados a 11 de novembro de 2016)
<http://www.portugal.gov.pt/pt/o-governo/ministros.aspx>
<http://www.portugal.gov.pt/pt/o-governo/secretarios-de-estado.aspx>

Em 2015, o XXI Governo tinha 18 ministros/as, incluindo o Primeiro-Ministro, dos/as quais 4 eram mulheres (22,2%).

Dos/as 41 Secretários/as de Estado, 15 eram mulheres (36,6%).

Figura 16

Evolução da participação feminina na composição inicial dos Governos (%)



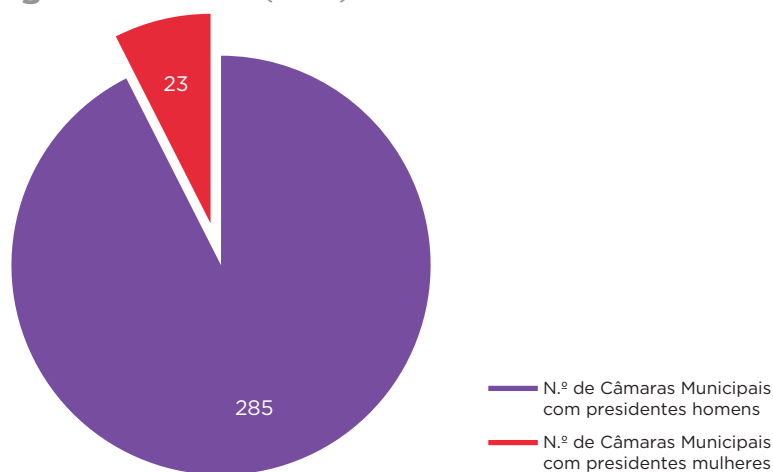
Fonte: INE (Dados consultados a 26 de julho de 2017)

https://www.ine.pt/ine_novidades/25abr_pub_n/index.html#28

Regista-se uma evolução significativa, sobretudo nos últimos anos, relativamente ao número de mulheres nos diferentes Governos.

Figura 17

Presidentes de Câmaras Municipais segundo o sexo (2013)



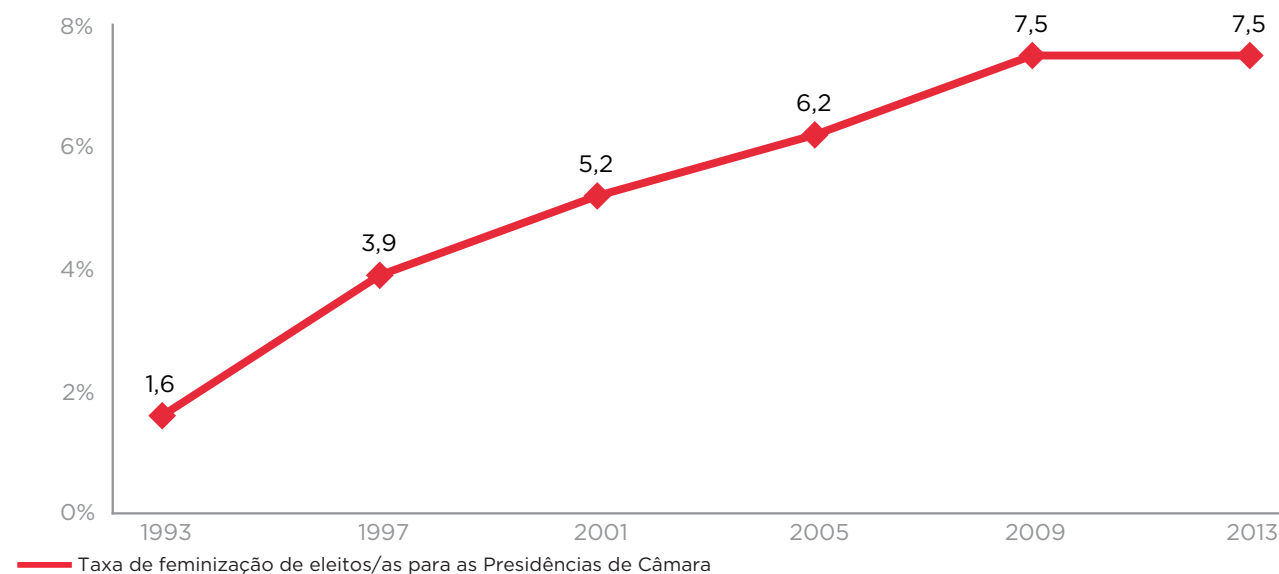
Fonte: Associação Nacional de Municípios Portugueses (Dados consultados a 26 de julho de 2017)

<http://www.anmp.pt/munp/mun/mun10111.php?cod=20140110>

Em 308 Presidentes de Câmara, foram eleitas apenas 23 mulheres (7,5%): Abrantes, Alandroal, Alcanena, Amadora, Anadia, Alfandega da Fé, Arraiolos, Arronches, Constância, Freixo de Espada à Cinta, Góis, Lagos, Montemor-o-Novo, Mourão, Nisa, Odivelas, Portalegre, Portimão, Rio Maior, Setúbal, Silves, Tomar, Vila do Conde. Refira-se, ainda, que, entretanto, mais 2 mulheres assumiram funções de Presidente de Câmara: Alvaiázere e Lagoa (Açores).

Figura 18

Evolução da taxa de feminização de eleitos/as para as Presidências de Câmara (%)



Fonte: Associação Nacional de Municípios Portugueses (Dados consultados a 26 de julho de 2017)
<http://www.anmp.pt/munp/mun/mun10111.php?cod=20140110>

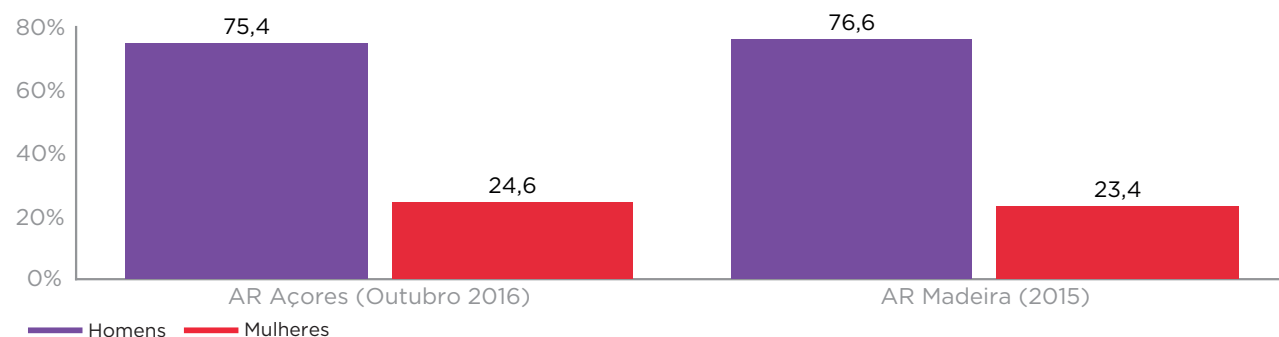
Numa perspetiva longitudinal, assiste-se a um gradual e consistente aumento da taxa de feminização de eleitos/as para as Presidências de Câmara, a qual, contudo, continua a não ter muita expressão (7,5% em 2013).

Isto poderá revelar que, no caso do poder local, o impacto da Lei da Paridade ainda não é significativo, o que poderá relacionar-se com o disposto na alínea 4 do artigo 2.º que indica: “exceciona-se do disposto no n.º 1 a composição das listas para os órgãos das freguesias com 750 ou menos eleitores e para os órgãos dos municípios com 7 500 ou menos eleitores”.

Nas eleições realizadas para as Assembleias Regionais, foram os seguintes os resultados:

Figura 19

Representação de mulheres e homens nas Assembleias Legislativas Regionais (%)



Fonte: Comissão Nacional de Eleições (CNE) (Dados consultados a 26 de julho de 2017)
 Açores: <http://www.cne.pt/listagem/eleicoes/11>
 Madeira: <http://www.cne.pt/listagem/eleicoes/10>

Para o Parlamento Europeu, foram eleitas, em 25 de maio de 2014, 8 mulheres em 21 deputados/as. O quadro seguinte apresenta a evolução registada, entre 2004 e 2014, no número de deputadas/os portuguesas/es no Parlamento Europeu, por partidos e sexo:

Tabela 35

Parlamento Europeu, Resultados das Eleições Europeias (2014)

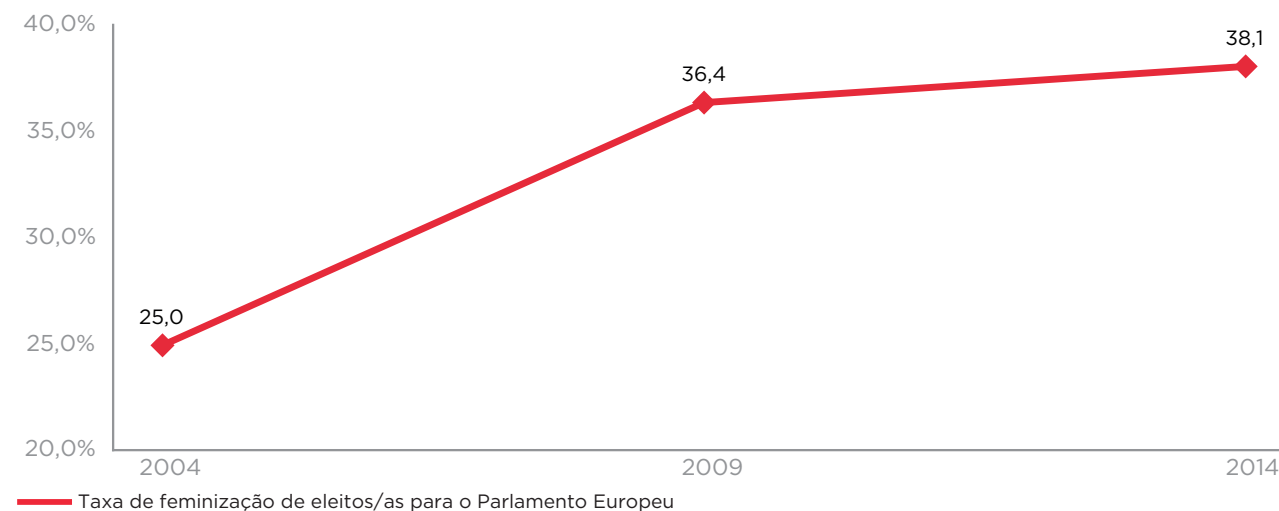
	2004			2009			2014		
	Deputados N.º total	Mulheres N.º	%	Deputados N.º total	Mulheres N.º	%	Deputados N.º total	Mulheres N.º	%
PS	12	4	33,3	7	3	42,9	8	4	50,0
PPD/PSD	-	-	-	8	3	37,5	-	-	-
PPD/PSD-CDS/PP	9	1	11,1	-	-	-	7	2	28,6
CDU (PCP-PEV)	2	1	50,0	2	1	50,0	3	1	33,3
CDS/PP	-	-	-	2	0	0,0	-	-	-
BE	1	0	0,0	3	1	33,3	1	1	100,0
MPT	-	-	-	-	-	-	2	0	0,0
Total	24	6	25,0	22	8	36,4	21	8	38,1

Fonte: Parlamento Europeu, Resultados das Eleições Europeias 2014, European Elections 2014: List of Elected MEPs (Dados consultados a 26 de julho de 2017)

http://www.europarl.europa.eu/pdf/elections_results/ElectedMEPs.pdf

Figura 20

Evolução da taxa de feminização de eleitos/as para o Parlamento Europeu (%)



Fonte: CNE (Dados consultados a 26 de julho de 2017)

<http://www.cne.pt/listagem/eleicoes/6>

Também nas eleições para o Parlamento Europeu é notório o impacto da Lei da Paridade, passando a representação de mulheres de 25,0%, em 2004 para 38,1%, em 2014.

Tabela 36

Emprego no sector das administrações públicas por subsector segundo o cargo e sexo (2016)

	Total Homens e Mulheres	Homens	Mulheres	Taxa de feminização (%)
Dirigente superior:	1 202	805	397	33,0
Dirigente superior de 1.º grau	350	263	87	24,8
Dirigente superior de 2.º grau	852	542	310	36,4
Dirigente intermédio	5 540	2 522	3 018	54,4
Dirigente intermédio de 1.º grau	1 836	888	948	51,6
Dirigente intermédio de 2.º grau	2 583	1 148	1 435	55,5
Dirigente intermédio de 3.º e mais graus	1 121	486	635	56,6

Fonte: DGAEP - SIOE (Dados consultados a 26 de julho de 2017)

<https://www.dgaep.gov.pt/index.cfm?OBJID=COF56E62-5381-4271-B010-37ECE5B31017>

A proporção de mulheres em cargos dirigentes superiores da Administração central é baixa (33,0%), sendo particularmente reduzida nos cargos de dirigentes superiores de 1.º grau (24,8%).

Já entre os/as dirigentes intermédios/as, as mulheres são maioritárias (54,4%), o que poderá indiciar que as mulheres se encontram mais representadas nos cargos de chefia mais baixos.

Tabela 37

Representação de mulheres e homens noutras instâncias de poder e tomada de decisão (2016)

	Total de membros em funções	Mulheres	Taxa de feminização (%)
Tribunal Constitucional	13	5	38,5
Conselho de Estado	19	1	5,3
Supremo Tribunal de Justiça	53	9	17,0
Conselho Superior do Ministério Público	19	5	26,3
Conselho Económico e Social	66	15	22,7
Conselho Nacional de Educação	65	17	26,2
Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida	18	6	33,3

Fonte: (Dados consultados a 27 de julho de 2017)

Tribunal constitucional — <http://www.tribunalconstitucional.pt/tc/juizes01.html>

Conselho de Estado — <http://www.presidencia.pt/?idc=82>

Supremo Tribunal de Justiça — <http://www.stj.pt/index.php/stj/estrutura/plenario>

Conselho Superior do Ministério Público — <http://csmp.pgr.pt/composicao.html>

Conselho Económico e Social — <http://www.ces.pt/organizacao/plenario>

Conselho Nacional de Educação — <http://www.cnedu.pt/pt/organizacao/presidente> <http://www.cnedu.pt/pt/organizacao/conselheiros>

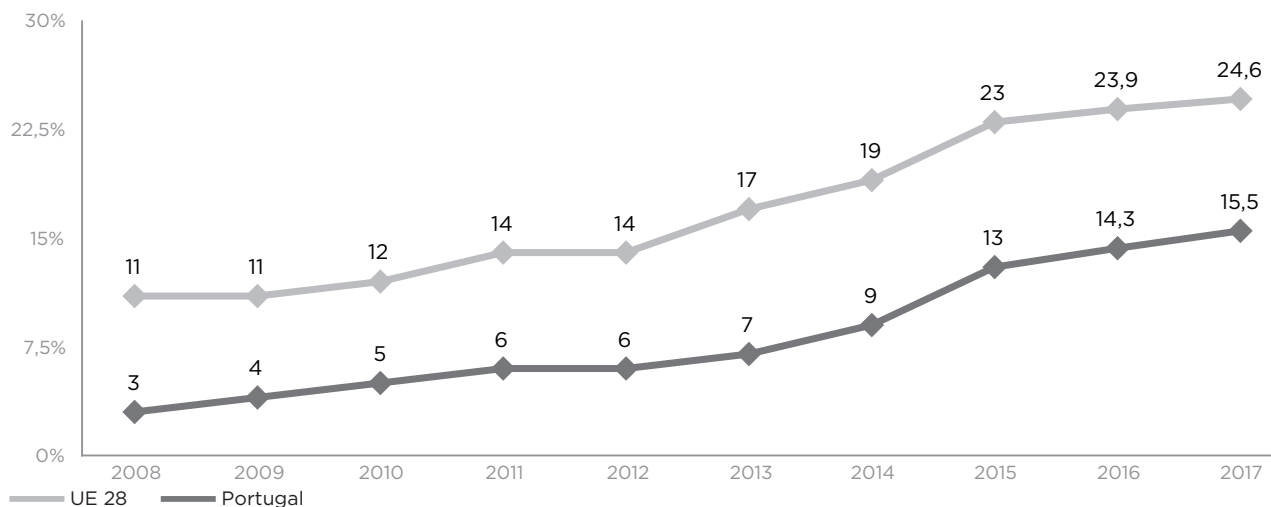
Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida — <http://www.cneqv.pt/membros.php>

Nas instâncias analisadas, de particular relevo na tomada de decisão em vários setores e ao mais alto nível, a participação de mulheres é bastante reduzida, com particular ênfase no Conselho de Estado, onde a taxa de feminização é de apenas 5,3%.

Salvaguarda-se que ao nível do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida e do Tribunal Constitucional, a presença de mulheres já atingiu ou ultrapassou o limiar de paridade.

Figura 21

**Evolução da taxa de feminização dos/
as representantes nos Conselhos de
Administração das empresas do PSI 20 (%)**



Fonte: EIGE (Dados consultados a 27 de julho de 2017)
<http://eige.europa.eu/gender-statistics/dgs/browse/wmidm>

A presença de mulheres nos conselhos de administração das empresas do PSI 20, em Portugal, é inferior à média da UE 28, tem, no entanto, registado uma evolução sensível desde 2008, passando de 3% naquele ano para 15,5% em fevereiro de 2017.

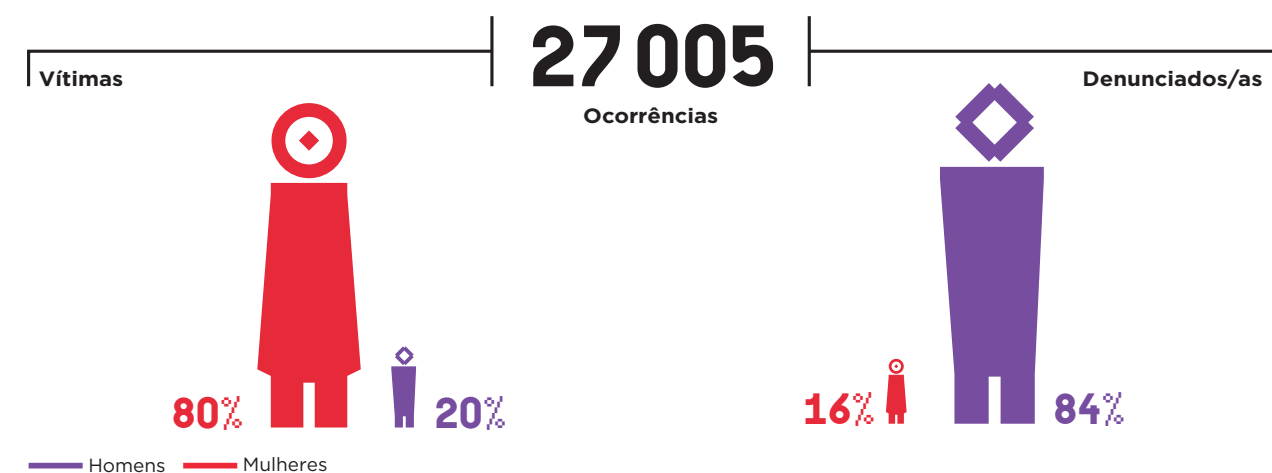
5

VIOLÊNCIA DE GÊNERO

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Figura 22

Ocorrências por violência doméstica (N.º)
e perfil das vítimas e denunciados/as,
por sexo (2016) (%)



Fonte: MAI

<https://www.parlamento.pt/Paginas/2017/marco/Relatoriodesegurancanterna-2016.aspx>

As principais vítimas de violência doméstica são mulheres, sendo os homens maioritários entre os indivíduos denunciados.

De acordo com os registos da PSP e da GNR, foram as seguintes as ocorrências de violência doméstica registadas entre 2010 e 2016:

Tabela 38

Ocorrências de violência doméstica
(2010-2016)

	GNR + PSP
2010	31 235
2011	28 980
2012	26 678
2013	27 318
2014	27 317
2015	26 783
2016	27 005

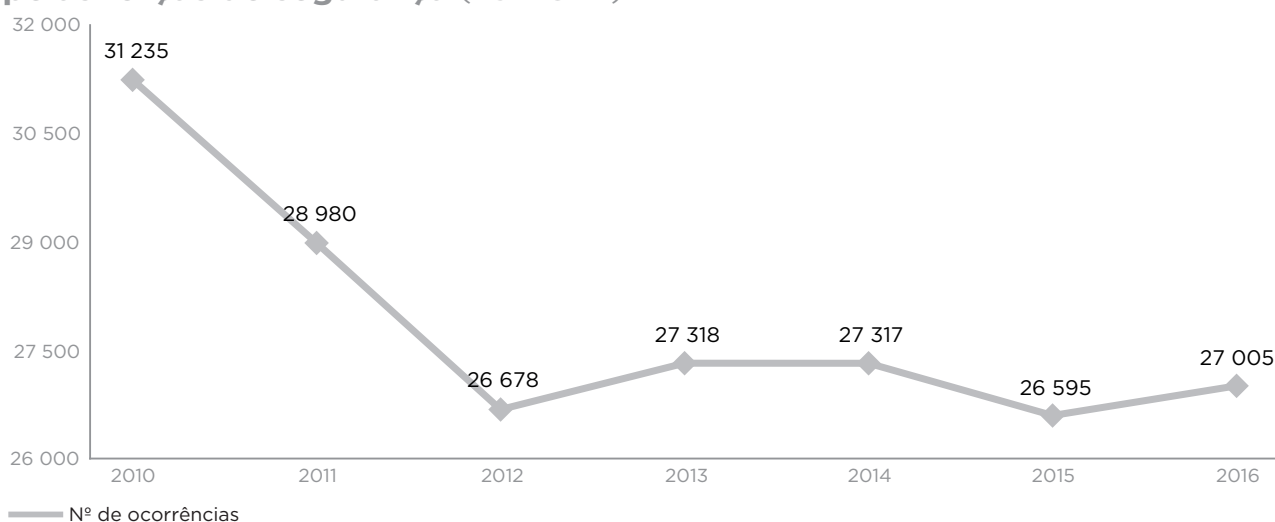
Fonte: MAI, Relatório Anual de Segurança Interna (Dados consultados a 27 de julho de 2017)

<https://www.parlamento.pt/Paginas/2017/marco/Relatoriodesegurancanterna-2016.aspx>

A evolução do número de casos de violência doméstica reportados às Forças de Segurança em Portugal tem demonstrado uma tendência decrescente nos últimos anos. De salientar ainda que de 2016 para 2017 se assiste a um pequeno aumento das ocorrências. Ainda assim, é necessário não esquecer que numerosos casos de violência, nomeadamente quando se trata de violência conjugal, podem não ser objeto de queixa.

Figura 23

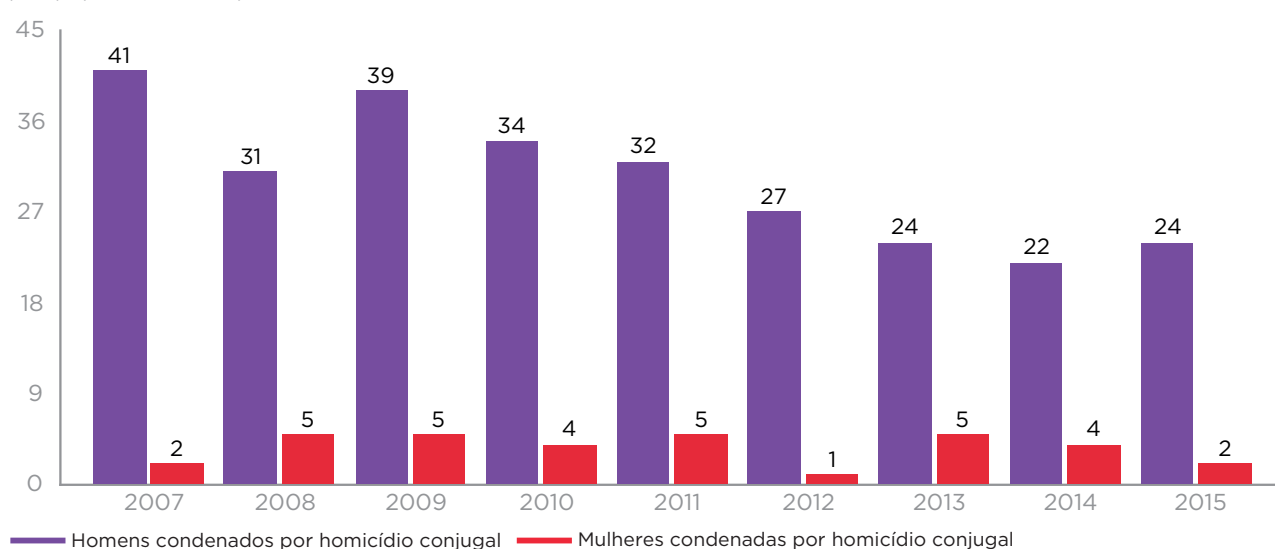
Ocorrências de violência doméstica registada pelas forças de segurança (PSP+GNR)



Fonte: MAI, Relatório Anual de Segurança Interna (Dados consultados a 27 de julho de 2017)
<https://www.parlamento.pt/Paginas/2017/marco/Relatoriodeseguranca-2016.aspx>

Figura 24

Pessoas condenadas por homicídio conjugal (N.º) (2007-2015)



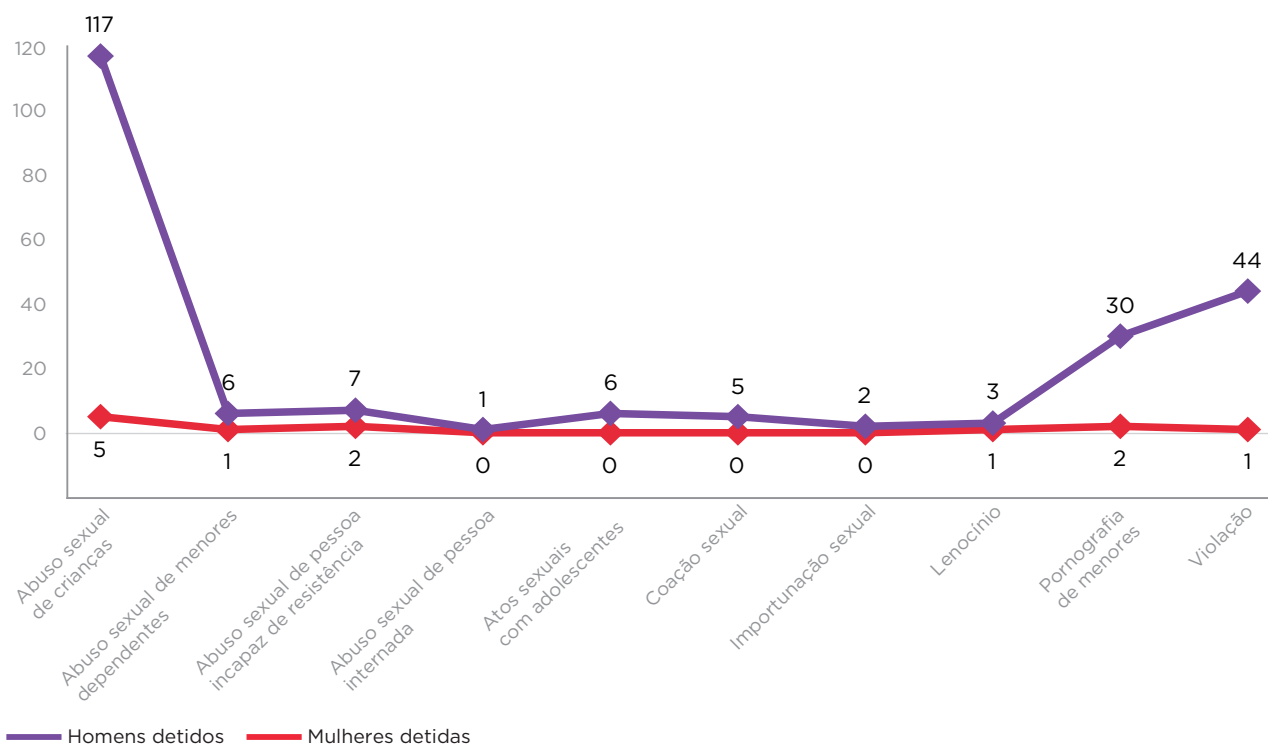
Fonte: Destaque Estatístico do Ministério da Justiça (Dados consultados a 27 de julho de 2017)
[http://www.dgpj.mj.pt/sections/siej_pt/destaques4485/pessoas-condenadas-por_1/downloadFile/file/Homic%C3%ADdi%20conjugal%20\(pessoas%20condenadas\)2016.pdf?nocache=1479986465.9](http://www.dgpj.mj.pt/sections/siej_pt/destaques4485/pessoas-condenadas-por_1/downloadFile/file/Homic%C3%ADdi%20conjugal%20(pessoas%20condenadas)2016.pdf?nocache=1479986465.9)

Em 2015, houve 26 pessoas condenadas por homicídio conjugal, de um total de 225 pessoas condenadas por homicídio.

CRIMES CONTRA A LIBERDADE E AUTODETERMINAÇÃO SEXUAL

Figura 25

Pessoas detidas por crimes sexuais, segundo o sexo (2016) (N.º)



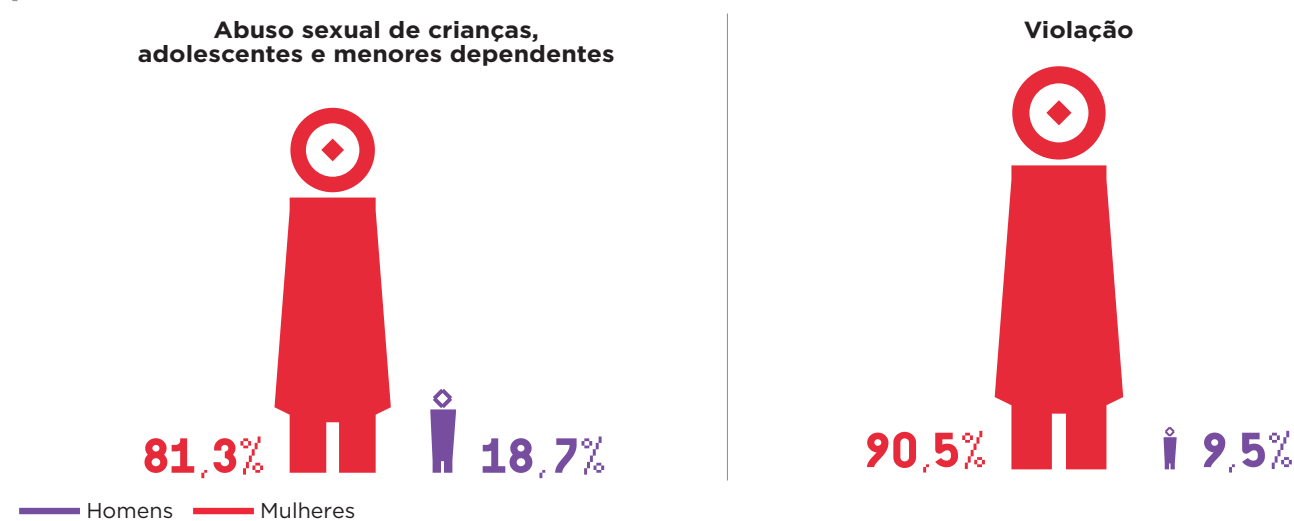
Fonte: Rasi 2016 (Dados consultados a 27 de julho de 2017)

[http://www.ansr.pt/InstrumentosDeGestao/Documents/Relat%C3%B3rio%20Anual%20de%20Seguran%C3%A7a%20Interna%20\(RASI\)/RASI%202016.pdf](http://www.ansr.pt/InstrumentosDeGestao/Documents/Relat%C3%B3rio%20Anual%20de%20Seguran%C3%A7a%20Interna%20(RASI)/RASI%202016.pdf)

Os crimes sexuais onde se regista um maior número de pessoas detidas são: o abuso sexual de crianças (122 pessoas no total, 117 homens e 5 mulheres), a violação (45 no total, 44 homens e 1 mulher) e a pornografia de menores (32 pessoas detidas, 30 homens e duas mulheres).

Figura 26

Vítimas de alguns tipos de crimes sexuais, por sexo (2016) (N.º)



Fonte: MAI

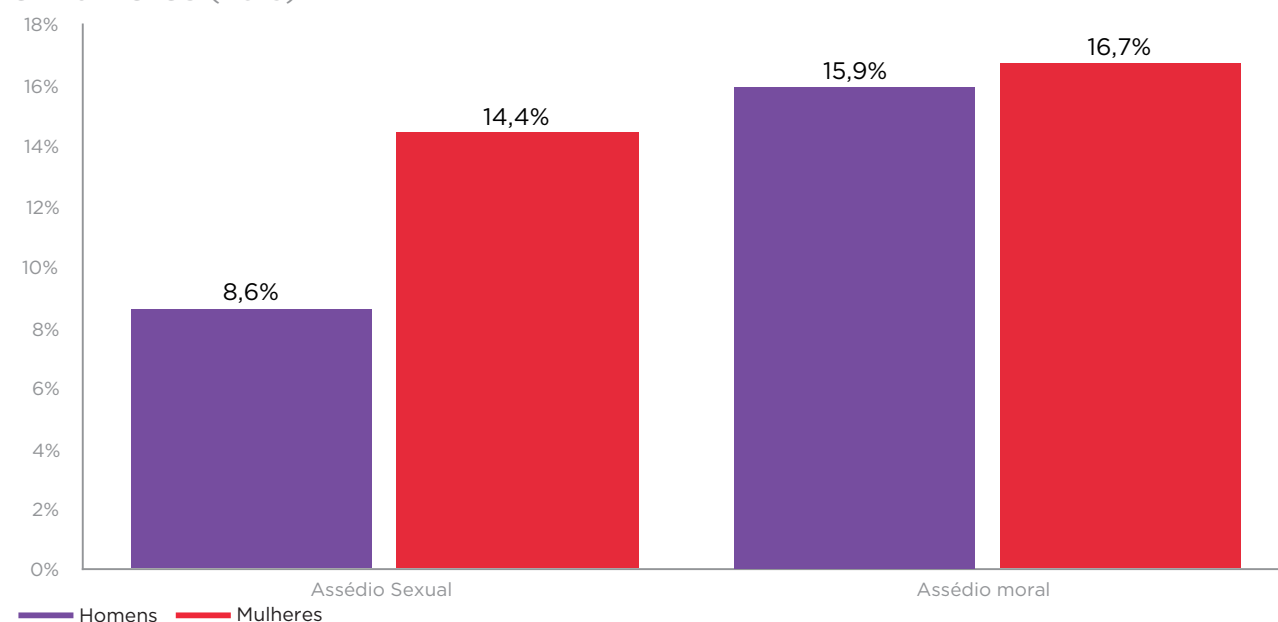
<https://www.parlamento.pt/Paginas/2017/marco/Relatoriodesegurancanerna-2016.aspx>

A grande maioria das vítimas de abuso sexual de crianças e de violação são do sexo feminino.

ASSÉDIO SEXUAL E MORAL

Figura 27

Assédio moral e sexual em homens e mulheres (2015)



Fonte: http://cite.gov.pt/pt/destaques/complementosDestqs/Assedio_Sexual_Moral.pdf

Comparando o estudo Assédio Sexual e Moral no local de trabalho feito em 2015 com o estudo realizado em 1989 regista-se uma diminuição da frequência com que as mulheres são alvo de assédio sexual:

- a) a proporção de mulheres que refere situações de assédio no local de trabalho diminuiu de 34% para cerca de 14%;
- b) na maior parte das situações, em 1989 os/as autores/as eram maioritariamente colegas de trabalho (57%) enquanto em 2015 são superiores hierárquicos/as ou chefias diretas (44,7%);
- c) as reações imediatas às situações de assédio em 2015 envolvem o confronto do outro mostrando desagrado imediato (52%), revelando que se interpreta a situação como intolerável, ofensiva e não se admite a sua repetição, enquanto em 1989 fazer de conta que não se notou a situação era a reação mais frequente (49% das mulheres). Em 2015 são apenas 22,9% as mulheres que fazem de conta que não notam uma situação que, em resposta ao inquérito, identificam como prática de assédio sexual.

PRÁTICAS TRADICIONAIS NEFASTAS

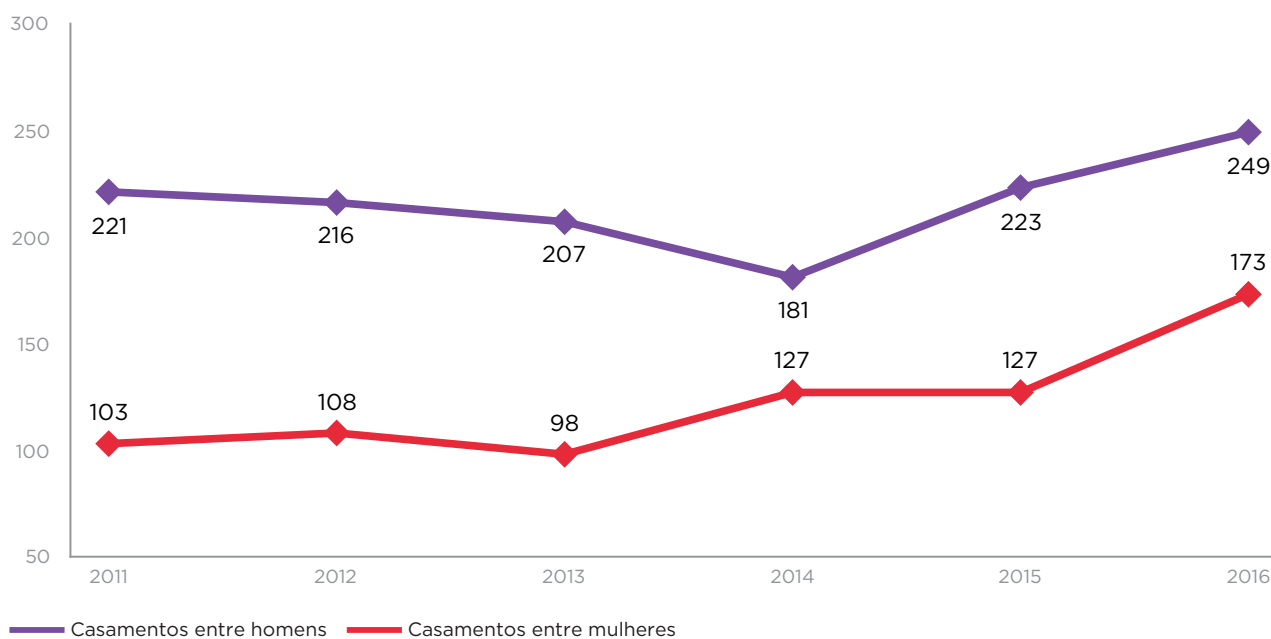
De acordo com o estudo “Mutilação Genital Feminina: prevalências, dinâmicas socioculturais e recomendações para a sua eliminação”, “em Portugal, o número de mulheres em idade fértil que poderá ter sido submetida à prática da Mutilação Genital Feminina/Corte ronda as 5 246. Ao ter em conta todas as mulheres com mais de 15 anos, esse valor sobe para os 6 576, o que corresponde a 49% do número de mulheres residentes no território português nascidas em países praticantes”.

De acordo com os dados incluídos na Plataforma de Dados da Saúde (PDS) estavam registados, em junho de 2016, 136 casos de mulheres que foram sujeitas a MGF.

Em Portugal, através da publicação da Lei n.º 9/2010, de 31 de maio, passou a ser permitido o casamento entre casais do mesmo sexo.

Figura 28

Casamentos entre pessoas do mesmo sexo (N.º)



Fonte: Pordata e INE

<http://www.pordata.pt/Portugal/casamentos-16>

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008139&contexto=pgi&selTab=tab10

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008141&contexto=pgi&selTab=tab10

O número de casamentos celebrados entre homens é, em todos os anos, superior ao número de casamentos celebrados entre mulheres.

A recolha de informação estatística reflete o ano disponível nas fontes indicadas no documento, à data de 31 de julho de 2017.

Ficha Técnica

Título: Igualdade de género em Portugal: Boletim Estatístico 2017

Autoria: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género

Recolha, análise e organização da informação estatística: Dina Canço e Carla Bernardo, CIG

Preparação da Edição: Divisão de Documentação e Informação, CIG

Design e Arte Final: KISS The Agency

© CIG, dezembro 2017

www.cig.gov.pt | cig@cig.gov.pt | Facebook [/comissaoparaacidadaniaeigualdadegenero/](https://www.facebook.com/comissaoparaacidadaniaeigualdadegenero/)



Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género
Presidência do Conselho de Ministros



ANOS | CiG
ATÉ À IGUALDADE